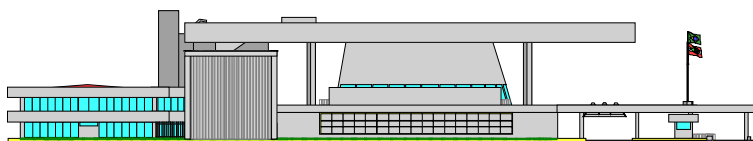


PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 28 DE JUNHO DE 2011

NÚMERO 6.301

**17ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa  
MESA**

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Nilson Gonçalves  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**1º SECRETÁRIO**

Reno Caramori  
**2º SECRETÁRIO**

Antonio Aguiar  
**3º SECRETÁRIO**

Ana Paula Lima  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Elizeu Mattos

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Manoel Mota

**DEMOCRATAS**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS  
TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL**  
Líder: Ângela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente  
Dado Cherem - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
José Nei Alberton Ascari  
Dirceu Dresch  
Volnei Morastoni  
Maurício Eskudlark  
Elizeu Mattos

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin  
Ângela Albino  
Jean Kuhlmann  
Manoel Mota  
Mauro de Nadal  
Pe. Pedro Baldissera  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Adilor Guglielmi  
Altair Guidi  
José Milton Scheffer  
Darci de Matos  
Manoel Mota  
Aldo Schneider

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-  
Presidente  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi  
José Nei Alberton Ascari

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente  
Ângela Albino  
Altair Guidi  
Sílvio Dreveck  
Jorge Teixeira  
Manoel Mota  
Maurício Eskudlark

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Marcos Vieira  
Sargento Amauri Soares  
Sílvio Dreveck  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Neodi Saretta  
Aldo Schneider

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente  
Maurício Eskudlark  
Sargento Amauri Soares  
Kennedy Nunes  
Jean Kuhlmann  
Dirce Heiderscheidt  
Volnei Morastoni

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente  
Ângela Albino  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Edison Andrino de Oliveira  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta  
Gilmar Knaesel  
Altair Guidi  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Edison Andrino de Oliveira  
Dirce Heiderscheidt

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Carlos Chiodini  
Gilmar Knaesel  
Ismael dos Santos

### COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente  
Dirce Heiderscheidt  
Maurício Eskudlark  
Ângela Albino  
Kennedy Nunes  
Ismael dos Santos  
Romildo Titon

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
Ismael dos Santos  
Mauro de Nadal  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente  
Narcizo Parisotto  
Kennedy Nunes  
Jorge Teixeira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino de Oliveira  
Neodi Saretta

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente  
Sílvio Dreveck  
José Nei Alberton Ascari  
Manoel Mota  
Romildo Titon  
Pe. Pedro Baldissera  
Maurício Eskudlark

### COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Cherem  
Sargento Amauri Soares  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Mauro de Nadal  
Volnei Morastoni

### COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente  
Manoel Mota  
Aldo Schneider  
Dirceu Dresch  
Ângela Albino  
José Nei Alberton Ascari  
Dado Cherem

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA</b> <b>ANO XX - NÚMERO 2301</b> <b>EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 056ª Sessão Ordinária realizada em 22/06/2011 ..... 2</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Ata da Procuradoria ..... 14 Ata de Comissão Permanente..... 15 Edital..... 15 Mensagem Governamental ..... 15 Ofícios..... 19 Portarias..... 22 Projetos de Lei ..... 23 Redações Finais ..... 24</p>
---	---	--

## PLENÁRIO

# ATA DA 056ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2011

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Registra a vinda do vice-presidente da República a Joinville.

#### Breves Comunicações

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** - Reivindica mais recursos para a Saúde; analisa o projeto Revigorar 3.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** (aparte) - Defende o projeto Revigorar 3.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Siderópolis, Douglas Warmling, e do seu secretário de Administração, Valberto Berkenbrock.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Aborda audiência pública em São Lourenço do Oeste; reporta-se à crise da suinocultura; cobra ação do Parlamento na solução da greve do Magistério.

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** (aparte) - Enfatiza a importância do auxílio do Legislativo no impasse da greve dos professores.

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** - Apela para a solução da greve do Magistério; ressalta importância da implantação de delegacias de proteção à mulher; fala da programação do Fórum Parlamentar das Rodovias.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Anuncia audiência pública com a ANTT para avaliar o projeto do anel viário da Grande Florianópolis; comenta a falta de atendimento psiquiátrico à população catarinense; reporta-se ao financiamento dos hospitais e SC.

#### Partidos Políticos

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Discorre sobre audiência pública sobre a crise na suinocultura; relata audiência com a Amavi sobre o projeto Reserva Legal.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Apoia a manifestação do deputado Valmir Comin; preocupa-se com a desindustrialização de Santa Catarina.

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Compara as duas MPVs referentes à Educação.

**DEPUTADO NILSON DOS SANTOS** - Analisa a questão da gestão pública; reporta-se ao aumento do nível dos oceanos.

**DEPUTADO ALDO SCHNEIDER** - Presta homenagem póstuma ao ex-deputado Lirio Rosso; discorre sobre as audiências públicas realizadas pela comissão de Agricultura.

**DEPUTADO MAURO DE NADAL** (aparte) - Elogia a presidência da comissão de Agricultura.

**DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER** (aparte) - Cumprimenta o deputado Aldo Schneider pelo trabalho desenvolvido à frente da comissão de Agricultura.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Informa a ocorrência de fortes temporais no grande oeste catarinense.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** - Trata da criação da Frente Parlamentar dos Transportes.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (aparte) - Coloca-se à disposição da Frente Parlamentar dos Transportes.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** (aparte) - Apoia as ações deputado Darci de Matos na Frente Parlamentar dos Transportes.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Defende a implantação das regiões metropolitanas.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** (aparte) - Apoia a implementação das regiões metropolitanas.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** (aparte) - Concorda com a urgência da implantação das regiões metropolitanas.

#### Explicação Pessoal

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Reporta-se à audiência pública sobre segurança pública realizada em Porto União.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Elogia o 7º Encontro dos ex-Presidiários de Santa Catarina, realizado pela Assembleia de Deus de Joinville; refere-se às regiões metropolitanas.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** (aparte) - Ressalta a importância do apoio aos egressos de penitenciárias.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** (aparte) - Elogia o trabalho das comunidades terapêuticas.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** - Registra alunos catarinenses que ganharam prêmio em concurso de combate; manifesta repúdio à decisão do STF com relação à liberação da Marcha da Maconha.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Comunica decisão da reunião de líderes sobre a greve do Magistério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaríamos de agradecer a presença ontem, segunda-feira, em Joinville, do vice-presidente da República do Brasil, sr. Michel Temer, na posse do presidente da Associação Comercial daquele município, sr. Udo Döhler.

Pelo aplauso que o vice-presidente da República recebeu dos empresários de Joinville, pudemos constatar como ele é benquisto em nosso estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, sobre o debate que permeia a nossa Casa a respeito da situação da Educação, poderia dizer que é mais do que pertinente também o da Saúde, até porque Saúde e Educação, duas importantes prioridades, andam de mãos dadas.

Como a questão da saúde está mais próxima de mim, por ser presidente da comissão de Saúde desta Casa, quero fazer algumas considerações, como a vinda de mais recursos para a Saúde, como também para a Educação, para a Segurança Pública, enfim, para todas as demais áreas das importantes políticas públicas do nosso estado.

Quando se fala em prioridades, qual a prioridade das prioridades? Existe

uma prioridade das prioridades ou as prioridades estão todas no mesmo nível? Cada um sempre procura dizer que o seu lado é o mais importante, mas não tenho nenhuma dúvida de que todos entendem que Saúde e Educação formam um binômio que está na linha de frente das nossas prioridades.

A comissão de Saúde já realizou mais de uma dezena de audiências públicas neste estado, da região sul, em Criciúma, à região oeste, em Chapecó; do planalto serrano ao vale e por outras regiões do nosso estado, como aqui na Grande Florianópolis, e o resultado sempre acaba confluindo para a necessidade de mais recursos para o setor.

Poderia falar sobre a importância do Hospital Materno Infantil de Criciúma, cuja direção nos procurou, juntamente com todos os deputados do sul do estado. Fomos ao secretário, fomos ao governador que afirmou e reafirmou que não há dinheiro para dar esteio aos hospitais, mas que estaria em audiência com a presidente Dilma Rousseff, como esteve ontem, para tratar da busca de uma parte de recursos à Saúde. Porque quando a presidente Dilma Rousseff esteve em Blumenau, deputado Antônio Aguiar, na última semana, ela perguntou ao governador quais seriam as duas prioridades, os principais problemas do governo do estado e ele respondeu que eram a duplicação da BR-470 e a Saúde. Lógico que não poderia também deixar de lembrar, deputado Valmir Comin, a importância da conclusão da BR-101.

Mas tirando esse problema rodoviário, está em primeiríssimo lugar, disparado, a Saúde, pois 75% dos entrevistados no estado afirmam que a prioridade número um - porque é o problema número um de Santa Catarina - é a Saúde, e as pesquisas estão em mãos do próprio governador.

Então, o governador iria buscar da dívida ativa - e o projeto Revigorar já está nesta Casa - uma emenda para que esses recursos possam adentrar para a Saúde. Contudo, segundo a concepção do projeto Revigorar, que está tramitando na comissão de Finanças, esses recursos têm que obedecer a todos os percentuais constitucionais, desde a Educação, assim como também para os poderes e para a dívida pública. Assim, no final sabem quanto vai sobrar desses recursos do Revigorar? Bem menos de 20% para a Saúde!

Não estou fazendo a discussão do projeto em si, estou apenas fazendo uma avaliação ainda muito superficial, mesmo porque projetos como o Revigorar 3 e outros, como o do Fundo Social, carrearam recursos provenientes do pagamento da dívida ativa. Temos mais de R\$ 6 bilhões de dívida ativa acumulada no estado. Portanto, se for mais um projeto como os outros, vai-se atingir um objetivo, como o próprio governador estimou, de R\$ 150 milhões até, no máximo, R\$ 250 milhões, que não vão representar absolutamente nada, que não são quase nada perante os R\$ 6 bilhões de dívida que está consignada como ativa no estado.

Então, se a intenção for essa, vamos ter que rever o debate do projeto Revigorar que tramita nesta Casa, porque da forma como ele foi encaminhado, com os critérios propostos, deputado Valmir Comin - e v.exa. também estava nessa audiência em que tratamos do Hospital Materno Infantil de Criciúma -, e pela finalidade que deverá, no final, cumprir, não vai carrear recursos para a Saúde.

Estou falando do Hospital Materno Infantil de Criciúma, mas poderia falar do Hospital Materno Infantil de Chapecó, hospital esse concluído há muito tempo, todo equipado e que não é colocado em atividade porque há a pergunta: quem vai pagar a conta do hospital?

Poderia falar do Hospital Regional de Rio do Sul e do hospital de Taió, que também visitamos, deputado Sargento Amauri Soares. Ele atende cinco ou seis municípios da microrregião e se não funcionar de acordo, repercute no Hospital Regional de Rio do Sul. Poderia falar do Hospital Pequeno Anjo, da cidade de Itajaí, ou do Hospital Marieta Konder Bornhausen, que está vivendo uma crise muito forte, porque o Hospital Santa Inês, de Balneário Camboriú, está praticamente com as suas atividades paralisadas, com o atendimento muito precário, repercutindo no Hospital Marieta Konder Bornhausen.

Na segunda-feira conversarei com o secretário estadual de Saúde, que aceitou um convite nosso para discutir, emergencialmente, a situação do Hospital Marieta Konder Bornhausen, de Itajaí.

Poderia falar também do Hospital Florianópolis; poderia falar do Centro de Referência em Neurologia - e hoje pela manhã a nossa comissão de Saúde recebeu o dr. Paulo Bittencourt; poderia falar do Hemosc, cujos representantes recebi ontem em audiência, porque necessita de mais recursos; poderia falar do Cepon.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Inicialmente, quero parabenizá-lo pelo tema abordado, pois v.exa. vem desenvolvendo um grande trabalho à frente da comissão de Saúde desta Casa.

Com relação ao projeto Revigorar, quero dizer que esse é o clamor de mais de 75% da população do Brasil. Entretanto, isso passa pela avaliação e readequação da tabela do SUS, pela Emenda Constitucional n. 29 e vários outros fatores, que culminariam na minoração dos problemas da Saúde.

Em relação ao projeto Revigorar propriamente dito, o que o governador tem colocado é que fez uma simulação, através da secretaria da Fazenda, da arrecadação mínima de R\$ 50 milhões e máxima de R\$ 250 milhões para custeio e manutenção dos hospitais em todo o estado de Santa Catarina. Gostaria de convocar a presidente Dilma Rousseff para que fizesse a contrapartida, o estado colocando R\$ 200 milhões e o governo federal mais R\$ 200 milhões. Não sei qual foi o encaminhamento

dado, qual a solução que o governo federal apresentou nessa audiência.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Obrigado, deputado Valmir Comin.

Apenas fiz referência que, da forma como o Revigorador está posto, vai ter que passar os percentuais para os poderes, para a dívida do estado com a União. Quer dizer, no final menos de 20% vão sobrar para a Saúde.

Vamos ter que nos debruçar sobre esse projeto para fazer as adaptações necessárias e garantir que os recursos possam ir para a Saúde e, dessa forma, atender emergencialmente, apenas emergencialmente, porque nem falei das cirurgias eletivas, mais de 20 mil no estado, constantes do programa especial para atender as cirurgias represadas. Portanto, precisamos de recursos para a Saúde urgentemente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Se o estado está colocando uma quantidade significativa de recursos, temos que ir ao Congresso Nacional, onde temos duas maneiras de conseguir verbas. A primeira é através da Emenda n. 29, que disponibilizará R\$ 35 bilhões para a Saúde, e a segunda é a tabela do SUS, que temos que atualizar. São dois aspectos importantes, em prol dos quais estamos juntos no estado e no governo federal.

Para resolver o problema precisamos de quê? De recursos. Acho que é por aí, cada um fazendo a sua parte e reivindicando para dar uma saúde melhor aos catarinenses.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - O presidente Marco Maia, da Câmara dos Deputados, está prometendo até o recesso de julho votar a Emenda Constitucional n. 29, para a redenção da saúde do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Quero registrar, com satisfação, a presença do prefeito de Siderópolis, Douglas Warmling, e do seu secretário de Administração, Valberto Berkenbrock. É um prazer tê-los conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Sejam bem-vindos!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero falar sobre os encaminhamentos da grande e importante audiência pública que realizamos nessa última sexta-feira, no município de Coronel Martins, que pertence à Regional da Polícia Civil de São Lourenço do Oeste.

Atendendo a um pedido da Câmara de Vereadores daquele município e de várias

Câmaras Municipais da Regional, realizamos uma audiência pública para discutir a instalação da delegacia da Mulher. Houve uma participação muito boa, representativa. A presidente da comissão, deputada Luciane Carminatti, não pôde comparecer, infelizmente, mas foi representada.

Então, o debate foi muito bom e há necessidade de que, hoje, as nossas regiões tenham, assim como também a região de São Lourenço do Oeste, uma delegacia específica para tratar das questões das mulheres, posto que há uma demanda grande por esse tipo de equipamento cidadão. Mesmo porque, não há como esconder a necessidade de combater a violência contra as mulheres, lembrando que 80% dos casos de violência acontecem em casa, dentro das famílias.

Esteve presente uma representação muito grande: o Ministério Público, o delegado regional, os vereadores, os vices-prefeitos, os prefeitos e as lideranças de toda a região. E estamos encaminhando uma moção ao governador do estado e à secretária de Segurança Pública pedindo a instalação da delegacia da Mulher naquela região.

Outro assunto que gostaria de comentar é a audiência pública realizada hoje pela manhã, nesta Casa, que tratou, mais uma vez, da problemática da suinocultura.

Comentava hoje pela manhã que, na verdade, esse é um problema estrutural. Tenho acompanhado essa atividade durante toda a minha vida. Num determinado período contribuí com o processo de produção da suinocultura. Depois o modelo que se implantou excluiu grande parte dos agricultores familiares da produção de suínos: dos 60 mil existentes e hoje são menos de 20 mil. Os técnicos iam até as propriedades representando as indústrias e diziam que o agricultor que tinha as suas 40 ou 50 matrizes tinha que aumentar para 100 ou 200. Assim, o agricultor buscou dinheiro e investiu. Depois, quando estava com 200 matrizes, os técnicos chegavam novamente e diziam que dava pouco lucro e que o agricultor deveria colocar 500 ou até mil matrizes. E vejam o que um agricultor de Joaçaba me falou há pouco: que ele tinha 100 matrizes, hoje está com quase duas mil, deputada Angela Albino, e que mesmo assim também está endividado e já não sabe mais o que fazer com a atividade.

Então, essa é uma questão estrutural e é preciso rediscutir toda a cadeia produtiva. Nós, inclusive, podemos pensar - e esse é o nosso papel e assumimos isso hoje pela manhã, pela comissão da Agricultura - em contribuir com o governo do estado e exigir que haja programas estaduais e isenções fiscais. Este estado concede tantas isenções fiscais, e esse setor, que está em crise, precisa de uma ajuda nesse momento. É preciso incluir a carne suína nos programas públicos, como na alimentação escolar que, infelizmente, foi terceirizada em Santa Catarina. Há também a questão dos presídios e dos hospitais. Portanto, há formas, sim, de o estado contribuir.

Em nível nacional obtivemos a informação de que a Conab estará colocando milho à disposição desses agricultores, mas há outras medidas que precisam ser trabalhadas, como a renegociação das dívidas.

Recebemos centenas de agricultores de todas as regiões de Santa Catarina que trabalham na suinocultura catarinense, uma atividade que contribui muito para o desenvolvimento do nosso estado, com a geração de empregos e com a geração de impostos estaduais, municipais e federais.

Portanto, essa atividade precisa ser preservada, mantida e incentivada. Mas também precisamos continuar um grande processo de debate, para que consigamos buscar formas alternativas e políticas que possam garantir que a pequena propriedade continue produzindo e que essa atividade possa ter renda para continuar cumprindo uma função importante, que é produzir alimentos para o país e para o mercado internacional.

Então, houve um conjunto de encaminhamentos e em outro momento estaremos tratando deles aqui, uma vez que agora não há tempo. E, na oportunidade, certamente os demais deputados da comissão que participaram dessa audiência pública, também se pronunciarão sobre o assunto.

Mas quero terminar a minha fala de hoje dizendo que conversei há pouco com o presidente Gelson Merisio sobre uma questão. Ontem, quando o deputado Moacir Sopelsa estava presidindo a sessão, foi proposto um encaminhamento no sentido de que o presidente reunisse os líderes das bancadas para discutir o problema da greve do Magistério. Como até agora o presidente ainda não deu nenhum encaminhamento, cobrei dele, que se comprometeu, após a volta do Centro Administrativo, conversar com os líderes para ver o que pode ser feito.

Portanto, essa é a nossa expectativa e estamos trabalhando no sentido de que o Parlamento catarinense, mais uma vez, possa dar a sua contribuição nesse momento delicado que vive o estado, no setor da educação.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Deputado, quero apenas reafirmar a importância dessa reunião, porque os deputados que presentes nesta Casa também têm a responsabilidade de intermediar a negociação. Chegamos ao limite da negociação e precisamos fazer com que esta Casa também ajude a intermediar a reabertura do diálogo.

Acho que foi muito bem a nossa deputada Ana Paula Lima ontem, quando fez a proposta. Esperamos que os líderes dos diferentes partidos sentem e agendem essa reunião para que a medida provisória que está nesta Casa não seja votada e possamos entrar num entendimento.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Os professores e as professoras estão-nos ligando pedindo a nossa contribuição, dizendo que não é possível voltar à sala de aula perdendo dinheiro. Isso não existe e não há perspectiva nenhuma disso ser aceito pelos professores. Sendo assim, o governador Raimundo Colombo tem que refazer a proposta da medida provisória, pois como está não vai haver acordo.

Na semana que vem, com certeza, esta Casa vai ter muito trabalho com vistas a ajudar a resolver essa polêmica da greve do Magistério.

Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados e público que nos acompanha!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Gostaria de saudar a sra. Dorinda Rosso, o sr. Fábio Rosso e a sra. Beatriz Rosso, respectivamente, esposa e filhos do nosso saudoso Lirio Rosso. Aceitem as nossas condolências e sentimentos honrados com sua presença neste Parlamento. Lirio Rosso sempre foi um ícone do PMDB e fez com que a Assembleia Legislativa tivesse um bom relacionamento com o governo. À família Rosso, às nossas condolências.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Gostaria de cumprimentar o sr. presidente, os nobres colegas deputados, a deputada Angela Albino, os professores que acompanham esta sessão e o público em geral.

Vou começar meu discurso de hoje fazendo uma menção à fala do ministro Joaquim Barbosa quando da votação do piso salarial do Magistério. Disse ele: "Não me comove, não me sensibiliza nem um pouco argumentos de ordem orçamentária. O que me sensibiliza é a questão da desigualdade intrínseca que está envolvida. Duvido que não haja um grande número de categorias de servidores que tenha rendimentos de pelo menos 10, 12, até 15 vezes mais que esse piso". Essa foi a fala do ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal, que julgou constitucional a Lei n. 11.738.

E nesse sentido quero fazer um apelo, mais uma vez - e conversava anteriormente com o líder do governo, deputado Elizeu Mattos -, para que o governo tome a iniciativa e não permita que a Medida Provisória n. 189 seja votada, pois constrange esta Casa e, tenho certeza, os deputados da base do governo, que não concordam com ela uma vez que estabelece um novo Plano de Cargos e Salários do Magistério de forma unilateral.

Também gostaria de dizer que não é verdade quando o governo afirma que os professores estarão ganhando com essa MPV, como está na própria manifestação oficial do governador. Ele diz que com essa medida está cumprindo integralmente a lei e que o piso está acima do que foi reivindicado. Isso não é verdade, não procede, porque piso é uma coisa e remuneração é outra. O governo tem que dizer que pode até ter aumentado o piso salarial, mas na remuneração final mais de

70% dos professores com essa tabela terão redução na sua remuneração. E todos nós, que recebemos contracheques, sabemos que o que vale é a remuneração final, é quanto vai para a conta, quanto vai para o bolso. Isso é salário! E nesse sentido, com essa medida provisória, os professores de Santa Catarina, com raras exceções - e é claro que há exceções - terão perdas na remuneração. E porque terão perdas? Porque a regência de classe foi reduzida, porque houve incorporação dos Prêmios Jubilar e Educar e porque foi mudado o limite das aulas excedentes.

Então, o nosso apelo à liderança do governo é o governador sente para conversar, coloque a mão na consciência e de fato processe os números, porque perceberá que há margem, sim, para garantir uma remuneração e um piso decente. Queremos que na próxima terça-feira sejam esquecidas essas duas medidas provisórias. Este é o pedido que fazemos aos deputados da base do governo: trabalhem neste final de semana no sentido de encontrar um caminho que não seja o da medida provisória, do desconto nos contracheques e da ação na Justiça, caso contrário os ânimos não vão-se acalmar, vão-se acirrar.

Quem perde com isso? Quem perde com isso são os pais, os alunos e os professores catarinenses. Eu sou mãe de duas alunas de rede estadual e também quero que essa greve termine, mas não quero que minhas filhas voltem para a escola com um professor ganhando um salário indecente. Isso não nos ajuda. Então, esse é o debate que os pais também precisam fazer.

Também quero aproveitar para dizer que o deputado Dirceu Dresch falou anteriormente sobre uma audiência muito importante realizada na semana passada. Como presidente da comissão dos Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e a Mulher iria presidi-la, mas infelizmente, deputado Antônio Aguiar, fui vítima de um acidente de carro na quinta-feira à tarde. Felizmente nada grave, mas os veículos tiveram perda total. Então, nós, que estamos na estrada, estamos sujeitos a esses riscos.

Voltava de uma audiência do Sinte, em Joaçaba, com os professores, uma audiência muito bonita, mas infelizmente aconteceu o acidente. Não pude presidir a audiência, que ocorreu em alto nível e aquela região, aquelas mulheres, aquelas famílias de Coronel Martins e São Lourenço do Oeste merecem a instalação de uma delegacia da Mulher.

Sr. presidente, é importante dizer para as pessoas de Florianópolis, Lages, Criciúma e Chapecó que talvez não tenham a dimensão do que é não ter uma delegacia da Mulher na cidade, porque nos grandes municípios as mulheres que sofrem violência têm a quem recorrer, mas nos pequenos municípios aonde irão essas mulheres?

Então, precisamos de fato fortalecer esse debate, que constrói mais dignidade para as mulheres. Queremos, no segundo semestre deste ano, avançar em relação ao estado de Santa Catarina.

Estamos fazendo todo um trabalho nesse sentido, para que das diferentes formas possíveis, respeitando o tamanho dos municípios, possamos ter, sim, delegacias de proteção à mulher e contra a violência doméstica.

Por último, gostaria de dizer, com relação ao Fórum das Rodovias, que presidimos, que já fizemos uma audiência sobre a SC-283, que aconteceu em Palmitos, no oeste de Santa Catarina, onde foram definidas várias ações. E agora, no próximo dia 30, quinta-feira da semana que vem, faremos a segunda audiência do Fórum das Rodovias, com a presença do secretário de Infraestrutura, Valdir Cobalchini, para discutir a trafegabilidade, a sinalização, enfim, as condições da SC-283, no trecho Chapecó/Seara.

Dessa fora, deixo o convite a todos os deputados que têm essa preocupação para que participem no dia 30 de junho, às 15h30, no auditório municipal João Furlanetto, no centro de Seara, dessa audiência pública. O convite está aberto à população, aos prefeitos e vereadores, às lideranças, para que possamos discutir as condições das nossas SCs e das nossas BRs, mais especificamente, nessa audiência, a SC-283, uma vez que não há mais condições de manter aquela rodovia na condição em que se encontra.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, faço uso da tribuna na tarde desta quarta-feira para dizer que no próximo dia 27 teremos uma audiência pública no plenário desta Casa, a partir das 9h, com a presença da ANTT, para apresentação do projeto definitivo do anel de contorno viário de Florianópolis, que compreende os municípios de Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça. Projeto esse que já era para estar liberado e, aliás, já era para estar incluído dentro do processo de concessão, deputada Angela Albino, v.exa., inclusive, apresentou um requerimento na comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, pedindo esclarecimentos sobre o processo daquele percurso, que no projeto original teria uma extensão de 48km e que, não sei porque cargas d'água, foi reduzido em 24km, sem que a sociedade tivesse conhecimento, sem que fosse debatida com profundidade a questão, como também a extensão das vias paralelas e a humanização desse trecho.

A audiência que o presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, deputado Edinho Bez, juntamente com os demais deputados federais, fez com o Ibama originou, então, o entendimento para que no próximo dia 27 possamos aqui estar, convidando sempre os parceiros das audiências, as entidades organizadas. Vamos ter a presença da bancada federal catarinense, dos senadores e do próprio governador, que também foi convidado para esse evento. Além disso, esperamos a

participação efetiva da Fiesc, do Crea, da Fetranesc, do próprio Ministério Público, enfim, de todos os segmentos, principalmente as entidades do sul catarinense, que são as que mais sofrem com o desfecho, não somente com a questão do anel de contorno viário da Grande Florianópolis, mas com a duplicação em toda a sua extensão até o município de Passo de Torres, na divisa com o Rio Grande do Sul.

Espero que tenhamos no dia 27 próximo o amparo definitivo jurídico, ambiental, para que possamos fazer a licitação e, na sequência, passados os prazos, liberar a ordem de serviço para a execução dessa obra.

Na manhã dessa quarta-feira estivemos reunidos na comissão da Saúde e recebemos o dr. Bittencourt, neurocirurgião, professor da UFSC, que trouxe um relato da Associação de Psiquiatria de Santa Catarina, sobre o descaso da secretaria da Saúde com relação à área da psiquiatria, que não está recebendo a atenção devida. Ele observa que há uma demanda de cerca de trinta mil pacientes com problemas neurológicos que não estão tendo abrigo, não estão tendo atendimento por parte do estado de Santa Catarina.

Na ocasião, perguntei-lhe se havia alguma estatística nos 293 municípios de Santa Catarina sobre quantos pacientes necessitam desse tipo de atendimento. Ele me respondeu que são mais de trinta mil pacientes. Isso representa 10%, praticamente, da população catarinense! E na medida em que a população vai envelhecendo, e isso é estatística, os problemas vão acontecendo, como o mal de Alzheimer, de Parkinson e tantas outras situações complexas que envolvem a neurologia, a psique do ser humano catarinense.

Acredito que não seja muito diferente em nível de Brasil porque as estatísticas e as pesquisas estão mostrando que mais de 75% do ranking de reclamações é o atendimento na saúde, a demanda reprimida, a demora no atendimento, a espera de sete a oito anos para ser chamado para um exame. Quando toca o telefone, o paciente de repente até já morreu há três, quatro anos.

Então, é uma situação muito difícil e nessas andanças da comissão da Saúde, presidida pelo deputado Volnei Morastoni, que capitaneia todo esse processo, conseguimos levantar todo esse diagnóstico que será entregue também ao governo do estado, com um foco muito especial para a pediatria e a oncologia.

Precisamos promover a verdadeira descentralização e oportunizar às regiões do estado condições para que as crianças não precisem deslocar-se 300km, 400km ou 700km, saindo às 2h30 ou 3h, correndo risco de vida nessas estradas, vomitando nessas ambulâncias para chegar aqui e receber cinco minutos de carga de radioterapia e depois voltar no mesmo percurso.

Isso é desumano, precisamos tratar com mais dignidade as pessoas. E esse exemplo está sendo dado no município

de Criciúma, onde foi fundada a ONG Guido, do pediatra com especialização em oncologia, dr. Tiago Nava, um trabalho que está sendo desenvolvido para se tornar referência e exemplo do que acontece no Hospital Joana de Gusmão.

O governador do estado, na última reunião que tivemos, quando buscávamos recursos para o Hospital Santa Catarina, que está sendo custeado pelo município de Criciúma, disse que não poderia abrir uma exceção para pagar o custeio e a manutenção porque teria que o fazer também nos mais de 100 hospitais em todo estado de Santa Catarina. E encaminhou uma solução, pelo menos intermediária, através do projeto Revigorar, que adentrou nesta Casa com o propósito de alavancar recursos. Segundo simulação da secretaria da Fazenda, o dr. Ubiratan chegou à conclusão de que essa arrecadação poderia, num estágio mínimo, arrecadar em torno de R\$ 50 milhões, e, no limite máximo, R\$ 250 milhões, mas que poderia prevalecer um estágio em torno de R\$ 200 milhões.

Além disso, o governador levaria ao conhecimento da presidente Dilma Rousseff essa situação, para que o governo federal entre com a contrapartida, ou seja, o governo do estado com R\$ 200 milhões e o governo federal com mais R\$ 200 milhões para investir no custeio e na manutenção de todos os hospitais no estado de Santa Catarina.

Evidentemente que essa seria uma medida paliativa, e paralelamente a isso é preciso haver a adequação e a recuperação da tabela SUS. É preciso urgência na ação política, deputado Silvio Dreveck, para que nem se fale em correção, mas em adequação: adequar a realidade do momento aos custos da tabela SUS.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público presente, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, gostaria de falar sobre uma das atividades desenvolvidas nesta Casa, durante esta que foi uma manhã bastante movimentada por dois eventos muito importantes. O primeiro deles foi uma grande audiência pública que lotou o plenário e as galerias, para debater a situação da suinocultura em Santa Catarina. Durante o evento ficou mais uma vez demonstrada a grave situação que vive esse setor. Mas a ironia disso tudo - e já disse isto nesta Casa - é que no momento em que é público e notório o reconhecimento da qualidade da carne suína, os agricultores estão passando por extremas dificuldades. Houve épocas, deputada Dirce Heiderscheidt, em que a carne suína chegou a ser questionada, mas hoje está absolutamente provado que é uma das melhores carnes, das mais saudáveis. É

claro que houve o melhoramento genético, sendo que a Embrapa teve um papel importante nisso.

Deputado Aldo Schneider, v.exa. que conduziu a comissão de Agricultura e a reunião de hoje de manhã de forma muito brilhante, competente, assim como os demais deputados, enfim, todos nós que de uma forma ou outra contribuimos para a realização desse evento, sabemos que é uma ironia justamente no momento em que a carne suína é reconhecida como uma das mais saudáveis para o consumo humano, o agricultor esteja enfrentando talvez uma das piores crises da história da suinocultura em nosso estado.

Alguém até poderia sugerir que observássemos a história, pois sempre aconteceram crises cíclicas na suinocultura. Isso é verdade. Historicamente tivemos crises. Lembro do meu pai, um pequeno agricultor e produtor que, a pedido de um frigorífico novo que havia surgido, o Unifrigio, de Salto Veloso, hoje incorporado à Perdigão, saía a cavalo pelas áreas rurais comprando suínos, e já naquela época havia crise. Mas a crise que o setor vem enfrentando neste momento talvez seja sem precedentes.

Há muita dificuldade com os insumos e, conseqüentemente, com o custo de produção. A Embrapa, uma empresa que tem feito pesquisas nessa área, já determinou que está na faixa de R\$ 2,70 a R\$ 2,75/kg de produção, e o preço de venda está na faixa de R\$ 1,70 a R\$ 1,80/kg.

Houve uma série de medidas importantes elencadas nessa audiência pública, às quais será agora, através da comissão de Agricultura e também dos demais deputados que queiram apoiar, dado andamento no que compete ao estado e também em nível federal, já que obtivemos a informação de que haverá uma audiência pública nacional parecida com a que tivemos nesta manhã.

Mais uma vez queremos refletir da tribuna o anseio e o grito de socorro da suinocultura catarinense, que tem um papel importante na nossa economia, na geração de empregos e na produção de alimentos.

O segundo evento que tivemos pela manhã foi na comissão de Meio Ambiente e Turismo, que temos a oportunidade de presidir. Na comissão, por sugestão do deputado Jorge Teixeira, convidamos a Amavi, Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí, que veio fazer a exposição de um projeto chamado Reserva Legal, que trata da facilitação da averbação da chamada reserva legal.

Está em discussão no Congresso Nacional o novo Código Florestal, que estabelece que as propriedades de até quatro módulos rurais poderão estar isentas da averbação da reserva legal. A grande questão do agricultor não é manter a reserva legal, são os custos para se efetivar essa averbação. Um pequeno agricultor muitas vezes precisa usar de R\$ 2 mil a R\$ 3 mil para isso e ainda enfrenta um processo longo de 70 a 80 dias para cumprir toda a burocracia.

Por esse programa desenvolvido pela Amavi, em pouco mais de meia hora o agricultor já sai com a documentação para a averbação legal. O cartório já tem o programa conectado com a prefeitura e consegue fazer a checagem de dado. Portanto, rapidamente, sem custo nenhum, já que a Amavi tem parceria com os municípios, o agricultor pode fazer a sua averbação.

A prova do interesse disso é que quando anunciamos que teríamos essa reunião, diversas pessoas que estavam participando da audiência a que me referi anteriormente vieram manifestar interesse de conhecer melhor esse projeto.

Portanto, quero parabenizar a equipe da Amavi e dizer que esse programa que desenvolveram pode ser uma alternativa e um alento para a agricultura catarinense e também um estímulo à preservação do meio ambiente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero endossar a manifestação do deputado Valmir Comin, quando se referiu à tabela do SUS, pois tive a oportunidade de ser secretário da Saúde do município de São Bento do Sul de 1993 a 1996. Desde aquela época estamos nessa briga, no bom sentido, de conseguir convencer o governo a atualizar essa tabela.

Lamentavelmente, pouco se avançou nesses mais de dez anos no que diz respeito ao aumento do pagamento pelos serviços prestados tanto pelo estado e pelos municípios quanto pelos prestadores conveniados. Isso de fato tem trazido sérios problemas, porque o que é pago pela tabela muitas vezes não cobre o custo, quanto mais no caso do prestador, que precisa ter uma pequena margem para poder fazer frente aos investimentos necessários e ao mesmo tempo manter o próprio negócio. E no serviço público não é diferente. O que os nossos laboratórios e hospitais recebem está muito aquém, muito longe de um valor pelo menos próximo da realidade e com isso, evidentemente, vivemos esse drama na Saúde ao longo dos anos.

O Sistema Único de Saúde teoricamente é muito bom para a população. Em contrapartida, a gestão tem sido um problema, mas muito mais grave ainda é o financiamento para resolver os problemas da Saúde, ou amenizar, pelo menos, no Brasil e em Santa Catarina. É mais difícil para os prefeitos, para os secretários, enfim, para aqueles que fazem a gestão pública da Saúde, porque é lá que a população procura o atendimento e na grande maioria não consegue em função dos problemas financeiros e muitas vezes da própria gestão financeira.

Por outro lado, srs. deputados, sras. deputadas, no dia de ontem, terça-feira, 21 de junho, o *Diário Catarinense* divulgou uma matéria, no *Caderno de Economia*, que comprova com dados, com números, que a indústria catarinense, acredito que no Brasil todo, vem sofrendo um processo de desindustrialização, de desaceleração do número de empregos, especialmente a indústria de transformação, que é a grande empregadora no Brasil, e em Santa Catarina não é diferente.

Para se ter uma ideia, em maio o saldo do setor foi de 669 postos de trabalho contra 4.200 gerados no mesmo mês no ano passado.

(Passa a ler.)

“A desaceleração da indústria catarinense afetou o desempenho do estado na geração de emprego em maio. O saldo de novas vagas com carteira assinada caiu 17,29%. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, reduziu de 5.438 para 4.498. Considerando apenas o desempenho da indústria, a queda foi de 84,2% no mês passado, ou seja, no mês de maio foram criadas 669 vagas contra 4.235 vagas geradas em maio de 2010.

Os segmentos industriais com piores resultados no mês foram o têxtil e o de vestuário, com menos de 1.049 vagas; madeira e mobiliários, com menos 107; e alimentos e bebidas, com menos 45. Os números são do Cadastro Geral de Empregos e Desempregados (Caged) e foram divulgados ontem pelo Sistema Nacional de Empregos (Sine) de Santa Catarina.

Segundo o técnico do Sine em Santa Catarina, Osnilo Vieira Filho, os dados confirmam que a economia catarinense atravessa um processo de desaceleração. Ele diz ainda que esse desaquecimento é puxado especialmente pela indústria de transformação que, embora ainda seja o setor que em termos absolutos mais gerou empregos no ano, vem perdendo força a cada mês. Nos primeiros cinco meses do ano, a indústria catarinense criou 25.511 mil novos postos de trabalho, uma queda de 35,29% em relação às 34.785 vagas geradas no mesmo período do ano passado.

Somando todos esses setores, o resultado do acumulado do ano apresenta a queda de 9,52%. O que ainda está mantendo esse nível de emprego é a construção civil, em função da injeção de recursos principalmente pelo governo federal, o que vem de algum modo compensando parte dessas vagas.”

Já fizemos esse alerta por várias vezes desta tribuna. Deputado Reno Caramori, v.exa. também já alertou sobre isso várias vezes, ou seja, se não houver nenhuma ação por parte dos governos, principalmente no âmbito do governo federal, que venha fazer uma política pública de recuperação da nossa indústria, corremos o risco de sofrer uma grave desindustrialização e automaticamente o nosso parque fabril poderá entrar em rota de colisão, o que não é bom para o país nem para ninguém.

Alertamos que sofremos principalmente com nossas exportações, que vêm

cada vez tendo mais dificuldade de competir em função da nossa alta carga tributária, da alta taxa de juros, aliada ainda ao que sofremos com a importação. Então, se não tomarmos alguma medida, a situação poderá piorar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, volto, como não poderia deixar de ser, ao tema da Educação, saudando os profissionais que estão conosco, com quem já conversamos um pouco e quando falei que temos muito mais aliados dentro desta Casa do que parece, numa primeira leitura, e quero destacar a deputada Dirce Heiderscheidt, cujo marido é prefeito da cidade de Palhoça e cumpre integralmente o piso salarial dos professores no município.

(Palmas das galerias)

Sr. presidente, hoje fizemos pequenas comparações preliminares sobre a primeira medida provisória que veio para esta Casa com a segunda. Vejam que a aula excedente, e corrijam-me no que estiver equivocada, saiu dos 5% nos patamares de hoje e foi, pela primeira medida provisória, para 2,5% e para 1,5% na segunda medida provisória. Então, não é difícil sabermos que os professores vão largar as aulas excedentes e o governo vai ter que contratar novos profissionais temporários para dar conta dessas aulas, porque não vai haver mais remuneração suficiente para isso.

Nas séries iniciais, a regência de classe saiu de 40% para 20%. Quanto ao orientador educacional, e sei que há uma nomenclatura nova, a gratificação saiu de 25% para 15%. Um professor mostrou o contracheque e de acordo com a primeira medida provisória ele teria um incremento, gigantesco, na sua remuneração de R\$ 211,00; com a nova edição da medida provisória, ele perderia R\$ 312,00 do valor que atualmente recebe.

É por isso que os professores continuam em greve, pois vão perder remuneração final se forem mantidos os termos da medida provisória. A regência dos aposentados, por exemplo, que baixou de 25% para 17%, é uma obviedade jurídica, é direito adquirido, não pode ser mexida. Quem foi o gênio jurídico que propôs ao governador mexer em direito adquirido de aposentado? Até esse vício jurídico está na nova medida provisória.

Estamos muito preocupados com o ritmo do movimento. Hoje conversamos com pessoas do estado inteiro e parece que o governo fez dois movimentos, o primeiro para sentir o fôlego da categoria, para saber até onde vai aguentar. É bom lembrar que se trata da mesma categoria que conquistou esses direitos que agora estão sendo

reduzidos, com 68 dias de greve, que também sofreram corte salarial e tiveram outras penalidades. Responsabilizaram-se por isso, mas conquistaram os seus direitos.

Por outro lado, torço para que a medida provisória seja somente um grande bode na sala que visava tirar direitos históricos, intocáveis, porque representam um patrimônio jurídico que já se incorporou a cada um dos professores e professoras. Espero que seja apenas um bode na sala e que daqui a pouco alguém recomponha esses direitos, peça para os professores voltarem às aulas e então discuta a tabela.

Mas qual é a condição dos professores para o término da greve? Não queremos que o povo de Santa Catarina, especialmente às pessoas que estão ouvindo a propaganda do governo nas emissoras de televisão e rádio, tenha dúvida disso. Os professores querem a manutenção dos seus direitos e a aplicação da decisão do Supremo Tribunal Federal. Nada mais! Eles não querem aumento, reajuste, recomposição da tabela. Querem a manutenção do que é patrimônio jurídico intocável, pela Constituição Federal, e querem a aplicação da decisão do Supremo Tribunal Federal. O governo, conforme o Tribunal de Contas do Estado, aplicou somente 21,5% do Orçamento do estado na Educação. Então, ainda tem margem, até os 25% constitucionais, de dar conta dessa tabela.

Por fim, esperamos que a reunião do colégio de líderes seja proveitosa no sentido de posicionar esta Casa diante dessa situação.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por nove minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, trago dois assunto bem pontuais para tratar nesse espaço reservado ao PSDB.

Uma palavra bastante ouvida no meio político e em todos os segmentos onde se quer alguma resolutividade, alguma objetividade, principalmente no serviço público, é a chamada gestão pública. Fala-se muito em gestão, e todos querem que o próximo prefeito da cidade tenha um sentimento de gestão pública, que saiba tratar o bem público, que saiba tratar a cidade como uma grande empresa, procurando enxugar a máquina, objetivar o trabalho da máquina administrativa pública, sem trazer prejuízo àqueles que já estão lá. Fala-se muito disso.

O deputado Kennedy Nunes, que, parece-me, é um dos candidatos à prefeitura de Joinville na próxima eleição, trabalhou bastante para que tivéssemos a região metropolitana naquela cidade. Isso ainda não está configurado, não é, deputado? A coisa está-se arrastando. E vexas. podem até ter visto o seguinte no jornal *A Notícia* de ontem, página 8: "Araquari pediu para

Joinville ampliar trajeto. Mas não houve acerto."

O que eles querem? Araquari quer que Joinville aumente em 3,5km a sua linha de ônibus urbano, que vá até o trevo com a BR-280, porque Araquari e Joinville já são praticamente irmãs, já eram ligadas uma à outra e agora estão misturadas. Quem entra em Joinville pelo bairro Itinga não sabe se está em Araquari ou em Joinville.

Entretanto, não temos a região metropolitana instalada e não temos ainda o sentimento de gestão por parte de muitos dos nossos governantes. O que acontece é que o problema acaba estourando na população, que tem que andar alguns quilômetros depois que desembarca do ônibus para chegar à sua casa, porque o ônibus não pode passar do limite urbano.

O município de Araquari pediu que o ônibus fosse 3,5km para frente a fim de que pelo menos dois mil moradores tivessem o benefício do transporte coletivo até próximo às suas casas. Ao invés disso, se não estou enganado, não quero cometer uma injustiça, precisam recuar mais porque a empresa de ônibus já passou do ponto estabelecido para o limite urbano, o que significa dizer que cerca de duas mil pessoas vão ter que andar mais.

Tudo isso por conta desta palavrinha mágica: gestão pública! Se houvesse vontade, se houvesse espírito público de gestão por parte de todos da região, a população não estaria pagando um preço caro. Podem dizer que existe a empresa Verdes Mares, que faz o transporte interurbano! Mas a pessoa precisa desembarcar do coletivo urbano de Joinville, da Gidion, depois embarcar na Verdes Mares para andar mais 4km. E assim vai pagar outra passagem. Então, essa região metropolitana pela qual o deputado Kennedy Nunes tanto brigou, que foi aprovada com alegria, na prática não aconteceu!

Esse é o sentimento que quero passar a todos os deputados de Joinville, especialmente ao deputado Darci de Matos e ao deputado Kennedy Nunes, para que possamos unir forças para resolver esse problema e não deixar duas mil pessoas a pé. Aí dizem: "Mas, deputado, v.exa. tem que se preocupar com o estado, duas mil pessoas não significa muito!" Mas temos essa obrigação e significa muito sejam dez pessoas ou apenas uma.

Faço esse apelo ao deputado Kennedy Nunes, que tem sensibilidade e já briga pela região metropolitana de Joinville, e ao deputado Darci de Matos, para que possamos achar uma solução, uma alternativa para isso.

Trago outro assunto, sr. presidente, ainda no tempo que me resta. Estive na Espanha, no mês de abril, e escutei de uma especialista em política ambiental, da cidade de Santander, um relato que me preocupou, porque nosso estado tem uma borda litorânea bastante grande e, segundo ela, o mar está subindo em média 3% ao ano e invadindo as praias. Nem precisaria que ela falasse porque estamos vendo o mar invadir as praias no nosso litoral. Vemos bem isso em Barra Velha e em Piçarras.

Mas, voltando à Espanha, por conta da subida do mar na cidade de Santander, que é banhada pelo oceano Atlântico, existe um projeto nesse sentido e já há, inclusive, uma lei estabelecida que não permite construções em determinados pontos da cidade para evitar que futuramente essas construções sejam invadidas pelo mar. Quer dizer, é um trabalho projetado para o futuro da cidade.

Em Santa Catarina não vejo ninguém preocupado, por exemplo, em construir à beira-mar. Constrói-se muito à beira-mar porque existe a preocupação com o aumento do volume do mar. Mas são 3% ao ano! Se calcularmos, em alguns anos veremos que muitas praias que existem hoje não existirão amanhã, e as casas, os prédios vão estar lá, quer dizer, vão estar na água. Essa é a grande verdade.

Então, é um assunto muito importante para discutirmos na comissão pertinente desta Casa, para que se trate de maneira mais concreta e objetiva esse assunto, que é preocupante para todos nós.

Obrigado, sr. presidente

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Aldo Schneider, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, é uma satisfação voltarmos à tribuna desta Casa para fazer alguns registros.

Queremos, de forma pública, externar as nossas condolências pelo passamento do querido amigo e ex-deputado Lirio Rosso, que durante muitos anos serviu Santa Catarina na função de secretário de Articulação Estadual, nos governos de Luiz Henrique da Silveira, Eduardo Pinho Moreira e Leonel Pavan. E agora, no governo Raimundo Colombo, o Lirio Rosso, na condição de secretário de Articulação Estadual, fazia toda a relação entre a Assembleia.

Neste momento faço, portanto, a minha homenagem à família de Lirio Rosso e também a da bancada do PMDB, da qual ele sempre fez parte.

O segundo assunto que me faz assomar à tribuna é o registro de agradecimento pela deferência com que o PMDB, na distribuição das comissões permanentes desta Casa, agraciou-me com a possibilidade de presidir a comissão de Agricultura deste Parlamento. E nessa função, deputada Angela Albino, durante esses quase seis meses de mandato, procuramos fazer um trabalho ativo e interativo com a sociedade catarinense, principalmente com aquela parcela da comunidade que não tem muito onde buscar a solução para os seus problemas.

A agricultura catarinense e brasileira depende basicamente do clima, da germinação e depois do mercado. Enfim, há uma série de nuanças e nem sempre o



nosso produtor consegue ter uma renda que atenda às suas necessidades e às da sua família.

Então, essa comissão permanente desta Casa tem levantado, ao longo desses quase 120 dias de trabalho da nova legislatura, muitos assuntos neste plenário, em função exatamente de problemas de comercialização, de preço e de restrições. Por isso, juntamente com nossos colegas deputados que compõem a comissão de Agricultura, procuramos dar resposta a essas questões que nos chegam.

Hoje foi um dia oportuno, até porque tivemos a presença de mais de 25 deputados na audiência pública realizada neste plenário, que versou sobre a situação dos criadores de suínos de Santa Catarina, principalmente aqueles que não têm vinculação com empresas ou com cooperativas. Tivemos a oportunidade de ver as galerias desta Casa lotadas, este plenário lotado e de a oportunidade para que representantes da Associação Catarinense de Criadores de Suínos usassem por um período a tribuna para levantar as dificuldades que os produtores têm na propriedade e sua vida. Além disso, um representante do Sindicarne, o sindicato que envolve todos os frigoríficos pequenos, médios e grandes que trabalham com o abate de suínos, durante alguns minutos, levantou as dificuldades que o segmento vive em Santa Catarina.

Na condição de presidente da comissão de Agricultura presidi essa audiência pública e depois de um debate que durou quatro horas buscamos alguns encaminhamentos. Assim, quero deixar registrado nos anais desta Casa que na próxima terça-feira, às 10h, haverá uma reunião com os membros da comissão de Agricultura, os deputados Neodi Saretta, Moacir Sopelsa, Mauro de Nadal e José Nei Ascari, que propuseram essa audiência; o presidente do Sindicarne; o presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos, na qual iremos estipular um cronograma de ações relativas ao que a Alesc poderá fazer em relação a contatos com órgãos do governo do estado de Santa Catarina - as secretarias da Fazenda e da Agricultura, a Cidasc, o Epagri, etc., para minimizar os impactos negativos nesse setor.

Além disso, vamos propor, no âmbito do governo federal, algumas medidas ao ministério da Agricultura e ao ministério da Fazenda, no sentido de adotarem algumas providências para que as ações do governo do estado e do governo federal possam, de uma forma rápida, chegar ao nosso agricultor, a fim de que ele continue trabalhando na atividade agrícola.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Primeiramente, quero somar-me às suas considerações quanto à vida e à história de Lirio Rosso, à sua passagem por este Parlamento, aos conselhos e à força com que ele trazia a informação, dedicando-se

aos bons encaminhamentos de todas as obras e ações do governo do estado de Santa Catarina. Uma pessoa humilde, mas de um coração enorme.

Também gostaria de ressaltar a importância do trabalho que v.exa. vem fazendo, capitaneando a comissão de Agricultura neste Parlamento. Vários temas de muita importância para o desenvolvimento da agricultura do nosso estado já foram tratados este ano. Dentre eles, cabe ressaltar que não somente a discussão foi trazida para este Parlamento, como também encaminhamentos que deram resultados positivos. Um grande exemplo disso foi o advento das Consultas Públicas n.s 112 e 117 da Anvisa, pois graças a um trabalho muito forte da Assembleia Legislativa do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, conseguimos a suspensão dos seus efeitos, até que se chegue a um estudo que condiga com a realidade vivida pelo nosso pequeno agricultor. E graças a um trabalho que foi feito por este Parlamento conseguimos evoluir em preço e também na colocação do produto.

Hoje pela manhã, na audiência pública envolvendo a suinocultura, não foi diferente. Não foi somente um debate, como muitos imaginaram, foi uma reunião com muita produção e encaminhamentos. E já na semana que vem estaremos tratando disso na comissão de Agricultura que, com certeza, está trabalhando ao encontro daquilo que são as necessidades originárias da realização da audiência pública.

Então, parabéns ao v.exa. e a todos os membros da comissão pela presteza e pela forma como estão sendo conduzidos todos os trabalhos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço a sua intervenção, eminente deputado Mauro de Nadal.

Também gostaria, neste momento, de fazer uma referência a todos os meus pares que compõem a comissão de Agricultura, que tem sido extremamente ativa no Parlamento de Santa Catarina. Quero cumprimentar o querido deputado Dóia Guglielmi, do PSDB, que tem participado conosco nessas ações; os deputados José Nei Acari, Dirceu Dresch, Mauro de Nadal, Narcizo Parisotto e o deputado José Milton Scheffer, vice-presidente, que juntamente conosco tem feito esse trabalho de estar atento aos interesses da sociedade catarinense no que se refere à agricultura.

Gostaria de fazer um breve relato das audiências públicas que já foram realizadas desde o dia 1º de fevereiro, quando assumimos a presidência da comissão de Agricultura.

A primeira audiência pública tratou das resoluções da Anvisa que tratava da extinção do fumo por lei, e a outra, que versava sobre a proibição de propaganda nas embalagens de cigarro.

Como o deputado Mauro de Nadal colocou há pouco, foi feito um movimento muito grande envolvendo os três estados do sul, e na comissão de Agricultura da Câmara Federal conseguimos que essa questão fosse temporariamente suspensa, para que sejam feitos mais estudos que comprovem

com exatidão aquilo que a Anvisa está propondo.

Na segunda audiência pública realizada no sul do estado, na cidade de Turvo, foi feita a Carta de Turvo, através das comissões de Economia e de Agricultura, e tanto eu quanto o deputado José Milton Scheffer estivemos em Brasília com o ministro da Agricultura, com a bancada ruralista da Câmara Federal e, em especial, com os deputados de Santa Catarina, para tratar desse assunto. Então, além de ouvirmos os nossos produtores, buscamos alguma solução para minimizar um pouco os problemas que os afligem.

Outro assunto proposto pela comissão de Agricultura amplamente discutido foi o preço e a qualificação do fumo, principalmente a limitação para a futura safra, no que tange à quantidade de toneladas produzidas, para que no próximo ano os produtores não voltem a esta Casa para debater os mesmos assuntos relativos ao excesso de produção. Já nos reunimos com as federações de trabalhadores, com os sindicatos, com a Cidasc e estamos buscando caminhos para a solução desse problema.

Foi realizada, no último mês de maio, uma audiência pública para tratar dos produtos orgânicos e já foi marcada também uma reunião no dia 5 de julho com todos os segmentos organizados que envolvem essa questão em Santa Catarina, para que possamos, juntamente com a comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa, criar uma política pública voltada para os produtos orgânicos de Santa Catarina.

O que precisamos fazer, principalmente nessa questão dos orgânicos, é criar uma política de incentivo, uma política pública, deputado Darci de Matos, que permaneça, para que a cada safra não tenhamos que debater exaustivamente esse assunto neste Parlamento.

Com relação aos produtos orgânicos em Santa Catarina, ficou acertado que no dia 5 de julho criaremos um cronograma de ação. Dentro desse cronograma, algumas ações serão tratadas, como a política pública do estado de Santa Catarina relativa aos produtos orgânicos.

Então, gostaria de agradecer, desta tribuna, todos os pares que comigo compartilham a comissão de Agricultura e dizer que estamos procurando buscar saídas para os problemas que chegam até este Parlamento.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Quero somar-me, primeiramente, às homenagens de solidariedade aos amigos e aos familiares do ex-deputado e colega da Assembleia, podemos assim dizer, nos últimos anos, como assessor especial e adjunto da Casa Civil do governo. Não obstante as diferenças políticas com o governo anterior, sempre tivemos uma relação muito franca, muito tranquila e muito honesta com Lirio Rosso na hora dizer "sim" e na hora de dizer "não".

Em segundo lugar, quero dizer que temos acompanhado, na medida das nossas forças, das nossas pernas, o trabalho que tem sido feito por v.exa. e pelos demais deputados da comissão de Agricultura, inclusive, na manhã de hoje, a questão da suinocultura, dos pequenos produtores rurais de Santa Catarina que estão com bastante dificuldade.

Quero parabenizá-lo pelo trabalho e dizer que estamos à disposição e concordamos com os encaminhamentos feitos por v.exa.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Prezado presidente da comissão de Agricultura, quero aproveitar para cumprimentá-lo pela sua energia, competência e força de vontade, porque isso tem feito diferença na comissão. Eu, como membro da comissão, tenho percebido, em todas as audiências públicas realizadas, que os resultados estão começando a aparecer porque v.exa. tem demonstrado liderança ao tratar do problema, indo até o final.

Por isso, quero cumprimentá-lo não somente pelo trabalho desenvolvido na comissão de Agricultura como também pelo trabalho que fez na questão das autoescolas. É uma honra estar trabalhando em conjunto com v.exa. e com os demais na minha primeira legislatura...

Parabéns!

(Discurso interrompido por término do horário regimental)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero informar que tivemos temporais muito fortes essa noite no oeste catarinense, ocorrendo vários alagamentos, a destruição de muitas pontes, além de outros estragos.

Por isso, estou apresentando uma moção a esta Casa para, através dela, pedir que seja deslocada toda a equipe da Defesa Civil até lá para apurar as perdas, mais uma vez, no grande oeste catarinense, principalmente em São Lourenço do Oeste, que sofreu muito com o temporal.

Na minha cidade, Saudades, tiveram que desalojar famílias noite por causa da intensidade das chuvas. Agora à tarde parou de chover, graças a Deus, senão teríamos uma enchente muito grande na região.

Era este o comunicado que gostaria de fazer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Está feito o registro, deputado Dirceu Dresch.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, antes de falar sobre o assunto que me traz à tribuna, quero ratificar o convite para participarem da audiência pública, deputado Maurício Eskudlark, que será realizada terça-feira, dia 28, às 10h, neste plenário, com as autoescolas de Santa Catarina. Tenho certeza de que teremos de 350 a 400 autoescolas aqui representadas para debatermos a possibilidade de alteração do edital de licitação, que estava eivado de fragilidades.

Sr. presidente, ontem, às 17h, nesta Casa, foi criada a Frente Parlamentar dos Transportes, ocasião em que estiverem presentes o deputado Maurício Eskudlark, a deputada Luciane Carminatti, o deputado Joares Ponticelli, enfim, de dez a 12 parlamentares se fizeram presentes.

Contamos também com a presença, na ocasião, deputado Maurício Eskudlark, de dezenas de sindicatos regionais de transporte de Santa Catarina, de cooperativas de transporte de crédito, enfim, foi um evento significativo e representativo, sobretudo.

A Frente Parlamentar dos Transportes, sr. presidente, irá trabalhar em conjunto com a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano desta Casa, que tem como objetivo proporcionar o debate, a discussão, como também a apresentação de propostas, sugestões e diretrizes, para que possamos melhorar as condições de transporte de cargas e, principalmente, de passageiros do estado.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Darci de Matos, acho que é bastante oportuna a sua fala sobre essa questão e gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa. De certa forma, sinto-me agraciado depois de v.exa. ter dito que a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Casa também vai fazer parte desse trabalho, e isso é fundamental porque ela é a comissão pertinente.

Esse trabalho que vai ser desenvolvido por v.exas. tem uma abrangência que acaba não ficando somente no transporte em si. Há tantas coisas a tratar em relação a esse tema em nosso estado, como, por exemplo, o transporte de pessoas de um lugar para outro, rodovias que estão para ser duplicadas e que não são. Quer dizer, tudo isso pode ser motivo de trabalho, de aprofundamento, justamente nessa frente parlamentar que teve a iniciativa de v.exa.

Parabéns e estou à disposição para o que for necessário.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concedeu um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa. pela condução dos trabalhos ontem, bem como pela ascensão à sua presidência e dizer que o transporte é um dos segmentos mais importantes da economia catarinense e nacional. Já participamos de algumas reuniões e quero registrar que o porto seco de Dionísio Cerqueira registra hoje, em média, a passagem de 130 caminhões que transportam produtos para o nosso estado e para o nosso país, ao passo que em Foz do Iguaçu é registrada a passagem de mais ou menos 700 caminhões por dia. A tendência é que todo esse movimento passe para o estado catarinense, via Dionísio Cerqueira, uma vez que Foz do Iguaçu poderá ser considerada patrimônio histórico da humanidade.

Quero parabenizar também o presidente da Fetranesc, Pedro Lopes, que manifestou preocupação com o aumento do número de furtos e roubo de cargas, num crescimento de 51%/ano, o que é preocupante, pois esse problema somente acontecia nos estados de São Paulo e do Paraná.

Parabéns a v.exa., sei que fará uma grande gestão e ajudará a melhorar essa área.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Sr. presidente, reforçando o que foi dito pelo deputado Maurício Eskudlark, a proposição da criação desse instrumento do Parlamento catarinense foi do grande líder dos transportes de Santa Catarina, que é o presidente da Fetranesc, Pedro Lopes.

Srs. deputados, temos alguns dados importantes que valem a pena ser colocados neste momento. Por exemplo, 56% de toda a carga movimentada no país dão-se através do transporte rodoviário. Vejam a importância econômico-social do transporte rodoviário no estado e no país! Mais do que isso, como dizia, este ano houve um aumento de aproximadamente 50% no roubo de cargas em nosso estado. Nesse contexto, o deputado Maurício Eskudlark poderá dar, como delegado da Polícia Civil, uma contribuição significativa aos debates referentes a esse tema.

Santa Catarina ocupa, vergonhosamente, a primeira posição no *ranking* nacional em acidentes nas estradas. Esse é outro tema que deveremos colocar em pauta para discutir. Temos também a questão da segurança dos motoristas, a questão social, a questão da saúde, a melhoria das nossas rodovias e dos nossos portos. Portanto, será uma pauta extensa e importante para o transporte de Santa Catarina.

Sr. presidente, definimos ontem, na primeira reunião, que iremos agendar uma audiência com o governador Raimundo Colombo, em que iremos tratar de três temas. Primeiramente, trataremos do Pró-Carga, que encerra agora, dia 30. Esse é um

programa que foi muito importante para os transportadores do nosso estado e que, no meu entendimento, deve ser reeditado. Em segundo lugar, vamos discutir com o governador a possibilidade da criação de uma delegacia de combate a roubo de veículos e de cargas em nosso estado, porque os índices crescem assustadoramente. Discutiremos ainda a possibilidade da criação de uma agência estadual de segurança viária. Esse instrumento foi criado na Argentina e deu resultados interessantes para esse setor.

Para concluir, sr. presidente, foi falado ontem, na reunião, que temos um instrumento de fundamental importância para dar um passo, quem sabe, significativo no sentido de melhorar a infraestrutura portuária, rodoviária, ferroviária e de saneamento no nosso estado, que são as parcerias público-privadas.

Há poucos dias aprovamos nesta Casa, com um conceito novo, a SCPAR, que cria condições legais, legítimas e jurídicas para que o estado de Santa Catarina possa fazer aquilo que Minas Gerais, São Paulo e outros estados do país estão fazendo há alguns anos, que é a implantação de parcerias público-privadas em algumas áreas muito carentes.

Ora, o poder público não tem recursos para investir nessas áreas, portanto, com as PPPs poderemos captá-los através dos fundos de previdência e da iniciativa privada, melhorando, assim, a infraestrutura em várias áreas do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Antes de darmos início à pauta da Ordem do Dia, esta Presidência convoca os srs. líderes para uma reunião no gabinete da Presidência, atendendo ao pleito de diversos deputados, para que possamos discutir a questão da greve dos professores.

Como não há na pauta da Ordem do Dia matéria que demande votação, mas apenas requerimentos, solicito ao deputado Reno Caramori que assuma a condução dos trabalhos da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0362/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0363/2001, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0364/2011, 0365/2011, 0366/2011 e 0367/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s.: 0776/2011, 0777/2011, 0778/2011, 0779/2011, 0780/2011, 0781/2011 e 0782/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0783/2011, de autoria do deputado Jorge Teixeira; 0784/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0785/2011, de autoria do deputado Reno Caramori; 0786/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0787/2011 e

0788/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e 0789/2011, 0790/2011, 0791/2011 e 0792/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Pedido de Informação n. 0074/2011, de autoria da deputada Angela Albino, a ser encaminhado ao governador do estado, solicitando esclarecimentos sobre os custos de divulgação de notas oficiais relativas à greve do Magistério.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0075/2011, de autoria do deputado Altair Guidi, a ser encaminhado ao governador do estado, solicitando a relação das entidades públicas e privadas que foram beneficiadas com recursos do Seitec.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0076/2011, de autoria do deputado Altair Guidi, a ser encaminhado ao governador do estado, solicitando a relação das entidades públicas e privadas que foram beneficiadas com recursos do Fundo Social.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0077/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser encaminhado ao governador do estado e a outras autoridades, solicitando esclarecimentos sobre quando será concluída a obra de asfaltamento da SC-450, no município de Praia Grande.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0078/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser encaminhado ao governador do estado e a outras autoridades, solicitando esclarecimentos sobre os recursos que seriam aplicados na manutenção da UTI do Hospital São José, de Maravilha, e nos hospitais de Criciúma e Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0057/2011, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviada à presidente da República e à ministra da Casa Civil, solicitando apoio à nomeação do desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi para o STJ.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Angela Albino.

(Pausa)

Na ausência da deputada Angela Albino, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, vou falar do microfone de apartes porque também vou participar da reunião dos líderes na sala da Presidência. De forma que abdicó do uso desse tempo agora, sendo que me reinscreverei, inclusive na esperança de que tenhamos possíveis mudanças a respeito dessa questão que vai ser pauta da reunião, que é a greve do Magistério estadual.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado! Está justificado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, o nosso boa-tarde!

Tivemos, sr. presidente, no último final de semana, uma audiência pública sobre segurança pública no município de Porto União, na Universidade do Contestado. Foi uma audiência muito representativa, com a presença de todos os segmentos da comunidade: prefeitos, vereadores e demais lideranças. O prefeito de Porto União, Renato Stasiak, esteve presente, assim como o presidente da Câmara de Vereadores, o reitor da UnC, os representantes de Conseqs, de centros comunitários e de associações de moradores.

O grande pedido, hoje, da população catarinense é a questão da segurança pública. O que pede? Pede um maior efetivo e uma maior atuação da polícia. Sabemos das dificuldades que

existem para aumentar o efetivo, principalmente com referência à Lei de Responsabilidade Fiscal. Quando se vai fazer um concurso público para a contratação de novos servidores para a Segurança Pública vê-se que não é possível porque esbarra na secretaria da Fazenda, em função da dificuldade de aumentar a folha de pagamento.

Então, temos que buscar alternativas que sejam viáveis. Entendo que para a realização da Copa do Mundo o Brasil está, através da Presidência da República, encontrando alternativas, fazendo, inclusive, um regime diferenciado de compras. Ora, se com toda essa fiscalização, com toda a legislação que regulamenta a licitação, a Lei n. 8.666, ainda ocorrem desvios e aplicação irregular de verbas, imaginem com o regime diferenciado, em que tudo pode a pretexto de se cumprir o prazo para a infraestrutura da Copa do Mundo!

Entendo que o governo federal deveria pensar, sim, num regime diferenciado para a questão da saúde e da segurança pública no nosso país. Temos que abrir uma exceção para aumentar os investimentos na saúde e para aumentar a nossa segurança. E uma das alternativas que percebi na audiência pública e que não afronta o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal são investimentos em tecnologia, investimentos em equipamentos.

Todos os municípios estão solicitando a instalação de câmeras de vigilância, que têm demonstrado ser um equipamento muito importante para a segurança pública. Sabemos que para a Grande Florianópolis já foram adquiridas mais ou 160 câmeras de vigilância para ser implantadas em pontos estratégicos e ajudar na segurança pública.

Então, se há dificuldade na contratação de pessoal, o que se pode fazer? Motivar, valorizar o atual servidor da Segurança Pública, encontrando mecanismos de realização profissional. Há excelentes profissionais, e os resultados dos trabalhos de segurança em Santa Catarina demonstram isso. Temos que valorizar o nosso profissional e investir em equipamentos e tecnologia, que vão fazer com que o trabalho desses profissionais cresça significativamente.

Portanto, temos que implantar em quase todos os municípios de Santa Catarina um sistema de câmeras de monitoramento. Em Caçador, presidente Reno Caramori, com câmeras e dois ou três agentes para acompanhar toda a movimentação nas entradas e saídas do município, nos locais de concentração de pessoas, em frente aos estabelecimentos escolares, melhorar-se-á significativamente a segurança das pessoas.

Enfim, trata-se de um investimento que não é tão grande, que não afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal e com o qual se consegue aumentar a segurança dos nossos municípios. Com isso valorizaremos também os Conseg, as entidades locais que participam e querem uma segurança pública melhor.

Ontem, e já foi falado aqui pelo deputado Darci de Matos, foi instalada a Frente Parlamentar de Transporte, que é muito importante. Está de parabéns o deputado Darci de Matos, assim como todos os presidentes de associações, de sindicatos e da federação, na pessoa do seu presidente, Pedro Lopes, que estão mobilizando-se na organização e na defesa desse segmento tão importante para a economia de Santa Catarina e do país.

No último final de semana, quando estávamos numa audiência pública em Porto União, tive a oportunidade de ler o jornal *Gazeta do Povo*, do Paraná, que trazia uma manchete mostrando que em três anos o número de acidentes caiu 19% naquele estado, apesar do aumento da frota em torno de 36%. Por quê? A reportagem credita essa melhoria à Lei Seca. Mas eu, que tenho preparado um pedido da criação de uma frente parlamentar referente ao trânsito no estado de Santa Catarina, pergunto por que esse resultado não é o mesmo no estado de Santa Catarina? Conversando com especialistas da área de segurança credita-se isso, e muito, a uma maior fiscalização.

Portanto, não é admissível que o nosso estado, com o nível educacional que tem, com o povo trabalhador que tem, com a qualidade de vida que tem, seja campeão brasileiro em termos de acidentes de trânsito. Precisamos debater esse assunto com a secretaria de Infraestrutura, com as Polícias Rodoviárias Federal e Estadual e encontrar uma solução. Não podemos permitir que essa carnificina continue.

Então, vamos levar adiante, deputado Reno Caramori, o pedido de criação de uma frente parlamentar específica, porque é muito importante para o nosso estado discutir essa questão. E como vemos que outros estados estão reduzindo o número de acidentes, devemos aplicar também em Santa Catarina as medidas que deram certo para deixarmos de lado o título de estado campeão brasileiro de acidentes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado!

Quero fazer um pequeno comentário a respeito da fala do deputado Maurício Eskudlark. Lamentamos, deputado, que durante o ano passado a maioria das viaturas da Polícia Militar de Santa Catarina esteve parada por falta de combustível. Isso é lamentável! Constatamos, na época, essa realidade e cobramos do responsável em cada município, que nos disse: "Não temos mais combustível"! Mas isso não foi no fim do ano, não! Foi durante o ano! Então, é uma situação difícil!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, quero aproveitar este espaço para fazer dois registros.

Deputado Maurício Eskudlark, muitas vezes o sistema prisional não consegue reintegrar o apenado na sociedade. Essa é uma verdade. Estamos

com um sistema penal extremamente falido. A pessoa entra no presídio ladrão de galinha e sai querendo fazer sequestros. O sistema, deputado Ismael dos Santos, que deveria servir para reintegrar o cidadão que cometeu algum tipo de crime e que tem que pagar por isso tem sido um fracasso.

Mas ontem participei, e justifiquei a ausência do deputado Ismael dos Santos, do 7º Encontro dos ex-Presidiários de Santa Catarina, realizado pela Assembleia de Deus de Joinville, que tem à frente o sr. Ademir. Ele fazia parte de uma quadrilha que na década de 80 roubava somente caminhonetes e que era conhecida como Irmãos Metralha. Ele e os irmãos acabaram sendo presos, e ele, lá na cadeia, encontrou Deus! E hoje, deputado Maurício Eskudlark, ele está não somente à frente desse congresso de ex-presidiários, como criou em Espinheiros uma casa de passagem, uma casa de apoio às pessoas que saem da cadeia e que não têm para onde ir, pessoas que ficam muito tempo presas e perdem qualquer tipo de laço afetivo.

Ele, deputado Ismael dos Santos, juntamente com a esposa, decidiu largar aquela vida e cuidar de outras pessoas, de homens e mulheres que saem da cadeia e não têm para onde ir. O estado é falho nisso, não promove qualquer tipo de trabalho nesse sentido, mas eles fizeram.

Quero deixar registrado nos anais desta Casa esse belíssimo trabalho da equipe *Cruzando as Grades*, da Assembleia de Deus de Joinville. Foram os ex-presidiários que pregaram isso, todos que já passaram pelo mesmo momento, que prestaram contas, que encontraram Deus num momento difícil da vida deles e que agora usam os seus testemunhos para mostrar que há solução, ou seja, que cometeram crimes, sim, mas agora querem colher os frutos desse aprendizado.

Ontem estive em Joinville participando de um encontro e fazendo as contas de quantos anos de cadeia que cada um tinha pegado, pensei como deve ser difícil fazer alguma coisa diferente depois.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa. por fazer esse registro e dizer que todos os presídios, cadeias e delegacias devem possibilitar a presença de pastores, de padres, de pregadores, porque tenho dito que o que salva, o que faz alguém sair do mundo da criminalidade é a palavra de Deus. Um presidiário não tem outro milagre para encontrar na cadeia, pode ser que ouvindo a palavra de Deus, repensando os atos que praticou ele realmente se ressociaze.

Esse trabalho feito pelo Ademir e citado por v.exa. é muito importante porque o estado é muito desorganizado. Lembro-me que numa manhã, saindo da Delegacia-Geral de Polícia, na rua Álvaro de Carvalho, um senhor veio ao meu encontro dizendo que era de Lages, que estivera preso, mas que cumprira sua pena - mostrou-me, inclusive, o

alvará de soltura -, mas não tinha dinheiro para voltar para casa.

Então, srs. deputados, como pode uma pessoa ser liberada da cadeia depois de cumprir sua pena e o estado nem se preocupar em dar condições para que ele volte para sua casa, para sua família? Uma pessoa que não está com a ideia de voltar para o bem vai perambular e tentar encontrar uma oportunidade de furtar para voltar para sua casa, voltando, assim, para a cadeia.

Parabéns a todas essas iniciativas de ressocialização, de apoio e, principalmente, por oportunizar às pessoas acreditarem em Deus e através disso mudarem de vida.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Na *internet* há a notícia de um cidadão americano que roubou um dólar num banco para ser preso novamente e continuar fazendo o seu tratamento na cadeia.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Quero solidarizar-me e congratular o grupo *Cruzando as Grades*, que como tantos outros grupos anônimos deste país e do mundo têm feito um trabalho fantástico nas prisões, especialmente em nosso país. Segundo estatísticas, 30% dos presidiários são portadores do vírus HIV e os outros 70% estão na ociosidade.

Então, quando temos a oportunidade de presenciar trabalhos como o do *Cruzando as Grades*, que trabalha não somente na perspectiva espiritual da fé, que é importantíssima, mas também no aspecto social, dando um amparo a essas famílias, ficamos muito satisfeito. Esse trabalho é digno de nota e de aplausos deste Parlamento.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Por último, gostaria de comentar, e o deputado Nilson Gonçalves já o fez, sobre as regiões metropolitanas. Conversei com o governador Raimundo Colombo e sei que ele também tem essa visão. Mas estou observando que algumas vontades do governador não se concretizam porque há pessoas que não estão permitindo.

Conversei com o governador Raimundo Colombo para que sejam implementadas, imediatamente, as regiões metropolitanas e que possamos resolver os problemas dos pequenos e grandes municípios que estão tendo dificuldades como essa que o deputado Nilson Gonçalves citou, com relação ao transporte coletivo entre Joinville e Araquari. E agora a Promotoria de Justiça quer que os ônibus, em vez de chegar mais perto para atender às pessoas, fiquem mais longe ainda.

Não vou criticar o Ministério Público porque ele está certo, já passou do limite. Precisamos que o governo do estado implemente as regiões metropolitanas para que sejam resolvidas não apenas essas questões de transporte, mas a questão,

deputado Maurício Eskudlark, da telefonia. Se de Florianópolis formos ligar para São José, que fica apenas do outro lado da ponte, temos que colocar o zero, o código da operadora e o 48, que é código da cidade. Com a implementação das regiões metropolitanas, não seria mais uma ligação intermunicipal, interurbana, seria uma ligação local.

Temos outros assuntos, como o saneamento, a água, a coleta e o tratamento do lixo, o próprio Minha Casa, Minha Vida, que se forem implementadas as regiões metropolitanas, o financiamento, que hoje é de R\$ 75 mil, vai para R\$ 105 mil.

Então, o que o governo do estado está esperando para implementar as regiões metropolitanas? Essa é uma luta de três anos deste deputado neste Parlamento. A lei já está aprovada e o governo do estado não está interessado em fazer a implementação, deixando prefeitos e comunidades à mercê da sorte, a ver navios.

Há linhas de financiamento em Brasília, no ministério das Cidades, deputado Ismael dos Santos, específicas para as regiões metropolitanas. Em Santa Catarina o Parlamento fez sua parte, aprovou a lei, mas o estado ainda não fez a sua parte, que é a implementação das regiões metropolitanas.

Por isso, peço veementemente ao governo do estado, ao governador Raimundo Colombo, que já se mostrou favorável a essa ideia, pelo amor de Deus, implemente essas regiões para que possamos ajudar muita gente neste estado, como as pessoas que foram citadas pelo deputado Nilson Gonçalves, os moradores de Araquari.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Ismael dos Santos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, acho que hoje encerro a sessão, espero que seja o último.

Deputado Kennedy Nunes, tenho acompanhado desde a época do ex-deputado Adelar Vieira a questão da região metropolitana. Inclusive, tenho acompanhado também a sua luta neste Parlamento sobre essa questão. Diria até, deputado Kennedy Nunes, que as regiões metropolitanas são tão importantes ou mais que as próprias SDRs pelas perspectivas de desenvolvimento, pelas atribuições de um consórcio de municípios e pelos benefícios que podem gerar para uma região.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Apenas peço vênha a v.exa. para me referir ao pronunciamento do deputado Kennedy Nunes.

Esta Casa aprovou um projeto criando oito regiões metropolitanas em

Santa Catarina. Estamos brigando - já fizemos até indicação e proposição nesta Casa - para que seja criada a região metropolitana do oeste, porque, como foi bem relatado, são vários os benefícios que isso permite. Inclusive, sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, há pessoas aguardando a criação da região metropolitana, porque hoje o valor do financiamento é de R\$ 80 mil e passando a ser região metropolitana passará para R\$ 130 mil.

Então, um trabalhador que compra um terreno por R\$ 30 ou R\$ 40 mil, sobra-lhe muito pouco para construir sua casa. Mas com os benefícios da região metropolitana, isso aumentaria muito. Essa é uma luta que devemos levar adiante, pois é muito importante para a população de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Não há dúvida de que essa é uma bandeira que precisa ser permanentemente hasteada nesta Casa.

Quero ainda, neste momento, lembrar que acontece, deputado Kennedy Nunes, neste exato instante, uma reunião importantíssima com os líderes desta Casa sobre o impasse da greve dos servidores do Magistério. Espero que o próximo orador ao assomar a esta tribuna ou, talvez, na próxima sessão possa chegar trazendo boas notícias, bons resultados, nessa questão do magistério.

Tenho dito e tenho tornado pública a minha posição de que a receita para acabarmos com esse impasse é composta por três ingredientes: diálogo, bom senso e absoluta transparência nos números.

Pela conversa que mantivemos durante todo o dia de hoje com vários professores e professoras de diferentes regiões, entendemos que a categoria está disposta a retornar à sala de aula, mas pequenos detalhes precisam ser esclarecidos, especialmente em relação à regência de classe. Espero que os líderes consigam reabrir o diálogo com o governo do estado.

Srs. deputados, sr. presidente, estamos celebrando uma semana importantíssima para reflexão quanto às drogas. Esta é a semana contra o abuso e o tráfico de drogas, deputado Maurício Eskudlark. Tivemos, inclusive, a satisfação de saber que alguns alunos de Santa Catarina foram contemplados, através da secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, com um prêmio de R\$ 9 mil.

Assim, registro com muita satisfação o nome do Andriéli dos Santos, de Vargem Bonita; Lucas Bison, de Concórdia; e Ana Lara Formaió, de Joaçaba, que foram premiados por seus cartazes na participação do concurso nacional *Arte e Cultura na Prevenção do Uso de Crack e de outras Drogas*.

Também gostaria de citar o nome de Fábio Júnior Cattani, de Guarujá do Sul, que foi o vencedor na categoria vídeo.

Portanto, nossos parabéns a esses estudantes da rede de educação de Santa

Catarina por essa premiação, através da dra. Paulina Duarte.

De fato, nesta semana contra o abuso e o tráfico de drogas são muitas as temáticas que poderíamos levantar, sobretudo com a decisão do STF em relação à liberação da Marcha da Maconha. Tenho recebido vários e-mails, mensagens no twitter, enfim, há um debate virtual com pessoas favoráveis à liberação da maconha e, naturalmente, pessoas contrárias a isso.

Tenho assumido uma postura, como presidente da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, e quero trazer o depoimento da sra. Nora Volkow, que é diretora do Instituto Nacional sobre Abuso de Drogas, dos Estados Unidos, numa entrevista a um dos periódicos nacionais.

(Passa a ler.)

"A diretora do Instituto Nacional sobre Abuso de Drogas afirma que nem mesmo a maconha nem muito menos a DMT, presente no chá do Santo Daime, podem ser consideradas inofensivas."[sic]

A psiquiatra mexicana Nora Volkow, que desde 2003 está na direção do Instituto Nacional sobre Abuso de Drogas, nos Estados Unidos, esteve no Brasil na semana passada para uma palestra na Universidade Federal de São Paulo, pois é uma das mais importantes pesquisadoras sobre drogas no mundo. Ela afirma que: "Há quem veja a maconha como uma droga inofensiva. Trata-se de um erro. Comprovadamente, ela tem efeitos bastante danosos."

Não sou eu quem está dizendo isso, é uma especialista, cientista, psiquiatra mexicana, uma das mais importantes pesquisadoras de droga no mundo. Ela diz mais:

(Continua lendo.)

"Portadores de esquizofrenia têm propensão à paranoia, e tanto a maconha quanto a DMT (presente no chá do Santo

Daime) agravam esse sintoma, além de aumentar a profundidade e a frequência das alucinações. Drogas que produzem psicoses por si próprias, como metanfetamina, maconha e LSD, podem piorar a doença mental de uma forma abrupta e veloz."[sic]

Trata-se de vasta matéria sobre o perigo do uso da maconha, o que temos acompanhado de perto, sobretudo nas nossas comunidades terapêuticas.

Agora, na liderança dessa frente parlamentar temos visitado todo o estado de Santa Catarina e neste final de semana estivemos no sul do estado visitando duas entidades, sobre as quais temos falado insistentemente nesta tribuna, aonde de cada dez internos que vão em busca de reabilitação para dependência química, especialmente do crack, mas também da maconha e agora do oxí, pelo menos seis entraram no mundo das drogas através da maconha.

Por isso, o nosso protesto mais uma vez e a nossa indignação contra a decisão do STF, porque entendemos que a postura, em nome da liberdade de expressão, de liberar a apologia às drogas que se faz nas Marchas da Maconha vai, no mínimo, causar um dano extremamente nocivo à estrutura familiar, aos nossos jovens e às futuras gerações.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Deputado Reno Caramori, na reunião de líderes com o presidente da Casa, encerrou há poucos minutos e a

decisão tomada foi a de fazer o pedido ao governador, pedido das lideranças de todos os partidos da Casa, que retire da ação na Justiça o pedido de ilegalidade da greve, com a possibilidade de em semana que vem reabrir uma rodada de negociações com a categoria do Magistério.

O presidente já fez um contato com o governador do estado, que vai trabalhar no sentido de retirar a ação que pede a ilegalidade da greve e a partir de segunda-feira retomaremos a conversa com uma nova reunião de líderes às 17h, neste Parlamento.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Não há mais oradores inscritos. Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes as matérias destinadas à Ordem do Dia da 57ª Sessão Ordinária de 28/06/2011:

Discussão e votação em turno único das Mensagens n.s: 0122/2011 e 0123/2011;

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s: 0177/2011, 0188/2011 e 0194/2011;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0018/2011; e

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei n.s: 0168/2011, 0183/2011 e 0203/2011.

Antes de encerrar a presente sessão, esta Presidência convoca outra, especial, para o dia 27, segunda-feira, às 19h, em homenagem aos 180 anos da imprensa catarinense.

Está encerrada a sessão.

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATA DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente  
Sandra Maria Raimundo Medeiros - Secretária

#### ATA DA 1789ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1789ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Ao Iniciar os trabalhos o Senhor Presidente deu conhecimento aos membros do colegiado do convite recebido da Justiça Federal da 4ª Região, Desembargadora Federal Marga Inge Barth Tessler para Cerimônia de Posse do Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina Juiz Federal Alcides Vetttorazzi e da Vice-Diretora, Juíza Federal Luiza Hickel Gamba a realizar-ser no dia 29 de junho corrente. 1) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, Processo nº 0827/11, de Solange Maria dos Santos, parecer aprovador por unanimidade. 2) Relatoria do

Dr. José Buzzi, pareceres aprovados por unanimidade aos processos: Processo nº 0877/11, de Jaqueline Silveira dos Santos Souza; Processo nº 0873/11, de Sinara Lucia Valar Dal Grande e a Consulta - Ofício CL nº 0229/2011 - 15/06/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital de Pregão, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em locação de veículos". 3) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, pareceres aprovados por unanimidade: Processo nº 0845/11, de Vitor José Ferreira dos Santos e a Consulta - Ofício CL nº 0236/2011 - 20/06/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital de Pregão, que tem como objeto a confecção de móveis para a Coordenadoria de Saúde da ALESC". 4) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, parecer aprovado por unanimidade a Consulta - Ofício CL nº 0238/2011 - 20/06/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo Aditivo - Contrato nº 0038/2010, celebrado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra ordinária, para o próximo vinte e nove (29) de junho. Eu, Sandra Maria Raimundo Medeiros, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 22 de Junho de 2011.

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATA DE COMISSÃO PERMANENTE****ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.**

Às nove horas do dia quinze de junho de dois mil e onze, sob a Presidência do **Deputado Gilmar Knaesel**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Ismael dos Santos, substituindo o Deputado Darci de Mattos, Neodi Saretta, Aldo Schneider, Sargento Amauri Soares, Joares Ponticelli, substituindo o Deputado Sílvio Dreveck, Marcos Vieira, Luciane Carminatti e Manoel Mota. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente colocou em discussão a Ata da 14ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados, para relatarem as matérias em pauta: **O Deputado Manoel Mota** se manifestou sobre o PL./0031.8/2011, que dispõe sobre procedimentos para utilização de equipamentos e produtos destinados a emissão de raio laser no Estado de Santa Catarina e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao relator do projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Manoel Mota** relatou o PL./0154.7/2011, que autoriza a doação de imóvel no município de Taió, que tem como objetivo o desenvolvimento de serviços de saúde e educação infantil, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Neodi Saretta** relatou o OF./0193.0/2011, que encaminha o demonstrativo financeiro do selo de fiscalização dos atos notariais e registrais, relativo ao 2º semestre de 2010. O Deputado ressaltou que atendeu os requisitos da lei e as normas contábeis, seu voto foi pelo recebimento e o arquivamento do ofício, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Amauri Soares** relatou o PL./0158.0/2011, que autoriza a doação de imóvel no município de Caxambu do Sul, com a finalidade de prestação de serviços de saúde, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **A Deputada Luciane Carminatti** relatou o PL./0155.8/2011, que autoriza a doação de imóvel no município de Pinhalzinho, que possui o intuito de prestação de serviços de saúde, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **A Deputada Luciana Carminatti** também relatou o PL./0157.0/2011, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Maravilha, que tem como objetivo a instalação da Casa Familiar Rural, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Aldo Schneider** relatou o PL./0208.4/2011, que autoriza a doação de imóvel na cidade de Apiúna, que tem como objetivo a sugestão a Prefeitura, que transforme este imóvel em uma área de lazer, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Gilmar Knaesel** relatou o PLC./0019.7/2011, que reajusta o piso salarial do quadro de pessoal do Ministério Público, extingue o abono salarial e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Gilmar Knaesel** relatou o PLC./0018.6/2011, que fixa índice de revisão salarial aos servidores do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, quinze de junho de dois mil e onze.

**Deputado GILMAR KNAESEL**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

\*\*\* X X X \*\*\*

**EDITAL****REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CERTIFICADO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL - 2011**

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, através do seu Presidente Deputado Gelson Merisio, com base na Lei nº 12.918 de 23 de janeiro de 2004, torna público que está **prorrogando o prazo para o recebimento de inscrições** para Concessão do Certificado de responsabilidade Social de Santa Catarina e do Troféu Responsabilidade Social - Destaque SC.

As inscrições que tiveram início no dia 01 de abril de 2011 se estenderão até o dia 31 de julho de 2011, as quais deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet, devendo ser adotado um dos modelos ali constantes.

O site para a retirada do Edital continua sendo ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)), link "LICITAÇÃO" e no endereço eletrônico <http://alesc.sc.gov.br/responsabilidadesocial>.

Florianópolis, 28 de junho de 2011.

Deputado Gelson Merisio

Presidente da ALESC

\*\*\* X X X \*\*\*

**MENSAGEM GOVERNAMENTAL****ESTADO DE SANTA CATARINA  
GABINETE DO GOVERNADOR  
MENSAGEM Nº 164**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do § 5º do artigo 122 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, Substitutivo Global ao Projeto de Lei nº 0179.5/2011, que Institui o Programa Catarinense de Revigoração Econômico - REVIGORAR III, altera as Leis nºs 3.938, de 26 de dezembro de 1966, 5.983, de 27 de novembro de 1981, 7.541, de 30 de dezembro de 1988, 7.543, de 30 de dezembro de 1988, 10.297, de 26 de dezembro de 1996, 13.342, de 10 de março de 2005, 13.992, de 15 de fevereiro de 2007, e 14.967, de 07 de dezembro de 2009, e estabelece outras providências".

Florianópolis, 28 de junho de 2011

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 28/06/11*

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA FAZENDA  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
EM Nº 163/2011**

Florianópolis, 27 de junho de 2011.

Excelentíssimo Senhor

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

Florianópolis /SC

Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de substitutivo global ao projeto de lei nº 0179.5/2011, que institui o Programa Catarinense de Revigoração Econômico - Revigorar III e altera vários dispositivos da legislação tributária estadual: Lei 10.297, de 1996; Lei 14.967, de 2009; Lei 7.543, de 1988; Lei 7.541, de 1988; Lei 5.983, de 1981; Lei 13.342, de 2005; e Lei 3.938, de 1966, contemplando, em relação à proposta original as seguintes alterações:

a) art. 1º (alterado):

1. fixa a data única de vencimento do débito para efeitos de inclusão no Revigorar III (31 de março de 2011). A proposta original estabelece datas diferenciadas em razão da situação do débito (notificado, inscrito em dívida ativa, parcelado);

2. inclui o ITCMD (Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos) no Revigorar III. A medida concede aos

contribuintes desse imposto o mesmo tratamento dispensado àqueles do ICMS e IPVA. Cumpre informar que a participação do ITCMD na arrecadação total é da ordem de 0,61%.

b) art. 2º (alterado) - eleva de R\$ 10.000,00 para R\$ 20.000,00 o valor do débito tributário que poderá usufruir do benefício nele previsto (redução de 100% da multa e juros devidos). Dos valores devidos ao Estado, aqueles de montante até o novo valor proposto representam 84,6% da quantidade total e apenas 4,8% do montante total devido (dados referente aos débitos inscritos em dívida ativa). A eliminação desses débitos da base permitirá que a Fazenda e a Procuradoria concentrem seus esforços na cobrança das dívidas de maior valor, que representam 15,4% da quantidade total.

c) art. 4º (alterado) - a vedação genérica de acumulação do Revigorar III com outro benefício previsto na legislação não alcança, pela nova redação, os débitos incluídos no Refis. A proposta tem por objetivo único permitir a automatização do processo, inclusive quando se tratar de débito que tenha sido anteriormente objeto do referido programa de refinanciamento.

d) art. 5º (acrescido, reenumerados os demais dispositivos do projeto original) - limita em 2% o valor do Funjure devido ao Estado.

e) art. 6º (acrescido, reenumerados os demais dispositivos do projeto original) - direciona os recursos recolhidos no âmbito do Programa Revigorar III, possibilitando a ampliação das ações e serviços de saúde e das metas estabelecidas pelo Estado.

d) art. 8º (alterado - corresponde ao art. 6º do projeto original) - deixa claro que o benefício relacionado ao Pró-Náutica não poderá ser utilizado cumulativamente com qualquer benefício ou incentivo previsto na legislação estadual exceto se relacionado o benefício à contribuição ao fundo, tal como o Fundosocial e ao Seitec.

f) art. 11 - (alterado - corresponde ao art. 9º do projeto original) - dá nova redação ao art. 64 da Lei nº 5.983, de 1981, estabelecendo que a multa genérica será aplicada por ação fiscal e não por tipo de infração constatada. Assim sendo, no caso de verificadas várias infrações à legislação, e não havendo multa específica, caberá lançamento da multa uma única vez;

g) parágrafo único do art. 15 - (alterado - corresponde ao art. 13 do projeto original) - alterado o limite de 0,5% para 2% do valor das importações realizadas por portos localizados em outros estados que poderão ser usufruídos de benefício fiscal condicionado à utilização de estrutura portuária catarinense. Para fins de aplicação do limite será considerado: (i) as importações efetivas durante o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano e (ii) exclusivamente aquelas amparadas pelo benefício.

e) art. 16 - (alterado - corresponde ao art. 14 do projeto original):

1. incluído no art. 4º do Prodec, que trata de composição do Conselho Deliberativo daquele Programa, a Secretaria de Infraestrutura e a FCD/SC;

2. suprimido o inciso VI acrescido ao art. 7º-A do Prodec pela proposta originalmente remetida, que estabelece tratamento específico no âmbito daquele Programa referente a empreendimentos localizados em região atingida por catástrofe climática. A medida justifica-se em razão do fato de que as empresas, em geral, serão beneficiadas pelo Projeto de Lei nº 0360.0/2010, de iniciativa governamental, com recursos do Badesc. Ademais, a previsão genérica poderá resultar em tratamento desigual com empresas localizadas em região não atingida.

f) art. 18 (alterado - corresponde ao art. 16 do projeto original) - dá nova redação ao caput do art. 158 da Lei nº 3.938, de 1966, que trata da validade da Certidão Negativa de Débitos Estaduais - CDA. A proposta amplia o prazo previsto no projeto original para 60 dias. A emissão da CDA é "on line", sem qualquer custo para o contribuinte.

g) art. 21 (acrescido, reenumerado os dispositivos seguintes do projeto original) - dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 14.267, de 2007, que trata sobre microprodutor rural. Pela proposta, poderão também se enquadrar na condição de microprodutor aqueles que beneficiam produtos originários de outros produtores, desde que utilizem unicamente trabalho familiar e que a receita mensal não ultrapasse a R\$ 3.000,00.

h) art. 22 (alterado - corresponde ao art. 19 do projeto original) - corrige-se a remissão a artigo da Lei n.º 14.967, de 2009 (de art. 10 para art. 20);

i) art. 25 (acrescido) - autoriza o parcelamento de débitos do ICMS pertencentes a produtores e beneficiadores de maçã. Adicionalmente, é concedido redução de 80% da multa e juros incidentes sobre o débito. A medida, que se alia àquela inserida na legislação tributária que concedeu isenção do ICMS às operações com maçã, igualando o tratamento dispensado as demais frutas, tem por finalidade permitir o adimplemento das obrigações anteriores ao referido benefício, e se demonstra vital para esse importante segmento da economia catarinense.

j) art. 26 (acrescido) - prevê a dispensa de emissão de notificação referente ao IPVA enquanto seu montante não atingir a R\$ 100,00. Medida semelhante já consta em relação ao ICMS (Lei nº 13.742, de 2006). A medida justifica-se diante do custo relacionado ao procedimento de emissão da notificação, e, principalmente, à eventual execução. Não obstante a dispensa, o débito permanece em cobrança administrativa, o que implica não obtenção de Certidão de Dívida Ativa, bem como autorização para licenciamento do veículo. Em termos de montante, do total de notificações geradas no ano de 2010, aquelas com valor de até R\$ 100,00 equivalem a apenas 1,6% do valor total notificado.

Respeitosamente,

**Ubiratan Simões Rezende**

Secretário de Estado da Fazenda

**PROJETO DE LEI Nº 0179.5/2011**

**EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL**

O projeto de lei nº 0179.5/2011, que "Institui o Programa Catarinense de Revigoração Econômico - REVIGORAR III, altera as Leis nºs 3.938, de 26 de dezembro de 1966, 5.983, de 27 de novembro de 1981, 7.541, de 30 de dezembro de 1988, 7.543, de 30 de dezembro de 1988, 10.297, de 26 de dezembro de 1996, 13.342, de 10 de março de 2005, 13.992, de 15 de fevereiro de 2007, e 14.967, de 07 de dezembro de 2009, e estabelece outras providências", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído o Programa Catarinense de Revigoração Econômico - REVIGORAR III, destinado a promover a regularização de débitos tributários inadimplidos relativos ao Imposto sobre Operações de Circulação de Mercadorias - ICM, ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e ao Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD.

§ 1º O disposto no caput aplica-se:

I - relativamente aos débitos de ICM, de ICMS e de ITCMD, observado o seguinte:

a) tratando-se de débito não lançado de ofício, àqueles com prazo de pagamento vencido até o dia 31 de março de 2011;

b) tratando-se de débito lançado de ofício, àqueles constituídos até o dia 31 de março de 2011;

c) tratando-se de débito inscrito em dívida ativa, àqueles inscritos até o dia 31 de março de 2011; ou

d) tratando-se de débito parcelado, lançado ou não de ofício, aos respectivos saldos, desde que a primeira parcela tenha sido recolhida até o dia 31 de março de 2011; e

II - relativamente aos débitos de IPVA, observado o seguinte:

a) tratando-se de débito lançado de ofício, àqueles constituídos até o dia 31 de março de 2011; ou

b) tratando-se de débito inscrito em dívida ativa, àqueles inscritos até o dia 31 de março de 2011.

§2º Para efeitos do §1º considerar-se-á a situação do débito na data de seu pagamento.

§ 3º Os débitos a que se refere este artigo:

I - cujos montantes totais decorram exclusivamente de multa ou juros ou de ambos, terão seus valores reduzidos em 80% (oitenta por cento), no caso de pagamento até o último dia útil do primeiro mês subsequente àquele em que publicada esta Lei; e

II - nos demais casos, terão os valores relativos à multa e aos juros reduzidos:

a) em 95% (noventa e cinco por cento), no caso de pagamento até o último dia útil do primeiro mês subsequente àquele em que publicada esta Lei;

b) em 93% (noventa e três por cento), no caso de pagamento até o último dia útil do segundo mês subsequente àquele em que publicada esta Lei;

c) em 85% (oitenta e cinco por cento), no caso de pagamento até o último dia útil do terceiro mês subsequente àquele em que publicada esta Lei;

d) em 80% (oitenta por cento), no caso de pagamento até o último dia útil do quarto mês subsequente àquele em que publicada esta Lei;

e) em 75% (setenta e cinco por cento), no caso de pagamento até o último dia útil do quinto mês subsequente àquele em que publicada esta Lei;

f) em 70% (setenta por cento), no caso de pagamento até o último dia útil do sexto mês subsequente àquele em que publicada esta Lei; e



g) em 40% (quarenta por cento), no caso de pagamento até o último dia útil do sétimo mês subsequente àquele em que publicada esta Lei.

§4º A redução prevista neste artigo aplica-se inclusive na hipótese de pagamento parcial do débito, caso em que o benefício somente alcançará os valores recolhidos.

§5º Na hipótese de pagamento parcial de débito abrangido por esta Lei, observado o disposto no § 4º, o prazo para inscrição do saldo devedor em dívida ativa, de que trata o art. 45 da Lei Complementar nº 313, de 22 de dezembro de 2005, será contado a partir da última amortização desde que:

I - o valor do pagamento seja igual ou superior à fração correspondente à divisão do montante do débito, atualizado até a data do pagamento, pelo número de meses que faltam para atingir a data prevista na alínea "g" do § 3º deste artigo; e

II - o valor do pagamento não seja inferior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Art. 2º Os créditos tributários inscritos em dívida ativa até 31 de dezembro de 2009, relativos ao ICM ou ICMS, terão os valores referentes à multa e aos juros reduzidos em 100% (cem por cento), desde que:

I - sejam pagos integralmente até o último dia do segundo mês subsequente àquele em que publicada esta Lei; e

II - o valor devido na data do pagamento, sem aplicação do benefício, não exceda a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§1º O disposto neste artigo:

I - não é cumulativo com o benefício previsto no art. 1º desta Lei; e

II - não se aplica aos créditos cujos montantes totais decorram exclusivamente de multa ou juros ou de ambos.

§2º Para efeitos do limite a que se refere o inciso II do *caput*, deverão ser computados todos os créditos tributários inscritos em dívida ativa do mesmo sujeito passivo, ainda que não alcançados pelo benefício previsto neste artigo.

Art. 3º Os pagamentos a que se referem os arts. 1º e 2º desta Lei deverão ser feitos em moeda corrente, estando vedada qualquer espécie de compensação prevista na legislação.

§1º O pagamento do crédito tributário representará expressa renúncia a qualquer defesa, administrativa ou judicial, ainda que em andamento.

§2º Na hipótese de pagamento parcial de crédito discutido administrativamente, a renúncia será sobre sua totalidade, salvo se expressamente o sujeito passivo no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do respectivo recolhimento, por intermédio de petição endereçada ao Tribunal Administrativo Tributário, identificar a parcela do crédito que permanecerá em discussão.

Art. 4º Os benefícios previstos nos arts. 1º e 2º desta Lei:

I - não são cumulativos com qualquer outro previsto na legislação, exceto com aqueles estabelecidos nos:

a) §5º do art. 2º da Lei nº 11.481, de 17 de julho de 2000;

b) art. 3º da Lei nº 14.604, de 31 de dezembro de 2008; e

c) art. 7º da Lei nº 15.242, de 27 de julho de 2010; e

II - não se aplicam aos débitos objeto de contrato celebrado sob a égide do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC.

Art.5º O valor devido ao Fundo instituído pela Lei Complementar nº 56, de 29 de junho de 1992, em decorrência da aplicação do disposto nos art. 1º e 2º desta Lei, fica limitada a 2% (dois por cento) do valor pago pelo sujeito passivo a título de tributo e acréscimos legais, observado o disposto no art. 39 da Lei nº 14.967, de 7 de dezembro de 2009.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica em relação à parcela remanescente do débito tributário, na hipótese de o pagamento não extinguir o débito tributário.

Art.6º Ficam os recursos recolhidos com os benefícios previstos nos art. 1º e 2º destinados às ações, programas e serviços públicos de saúde do Estado, deduzidos os percentuais das parcelas pertencentes aos Municípios, nos termos do art. 133 da Constituição Estadual.

Art.7º A Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12. ....

II - as bonificações em mercadorias.

Art. 51. ....

IV - devido por ocasião da entrada de mercadorias.

MULTA de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto" (NR)

Art.8º O art. 20 da Lei nº 14.967, de 7 de dezembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 20. ....

§ 1º. ....

II - aplica-se somente às saídas dos produtos a que se refere o *caput*, produzidos pelo próprio estabelecimento beneficiário do tratamento diferenciado;

IV - não poderá ser utilizado cumulativamente com qualquer outro benefício ou incentivo previsto na legislação estadual, exceto se relacionado à contrapartida de contribuição para fundo instituído por lei estadual.

§ 3º Os valores referidos nos incisos I a III deste artigo poderão ser acrescidos, respectivamente, de 4 (quatro), 5,88 (cinco vírgula oitenta e oito) e 8,34 (oito vírgula trinta e quatro) pontos percentuais, desde que atendido o disposto em regulamento referente a formação, capacitação e qualificação de mão de obra utilizada na unidade fabril, dentro do período nele previsto." (NR)

Art.9º O art. 18-A da Lei nº 7.543, de 30 de dezembro de 1988, alterada pela Lei nº 13.359, de 7 de junho de 2005, e Lei nº 15.242, de 27 de julho de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art.18-A Aplicam-se ao imposto, no que não for contrário a esta Lei, as disposições da Lei nº 5.983, de 27 de novembro de 1981, exceto aquelas previstas em seus arts. 70 a 73" (NR)

Art.10. A Lei nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

§ 2º Os recursos oriundos dos serviços referidos no item 12 da Tabela V-A anexa a esta Lei serão aplicados na aquisição de materiais, insumos, equipamentos e serviços técnicos especializados para a realização dos ensaios laboratoriais e serviços de geotécnica, bem como para a manutenção e a melhoria das instalações e equipamentos dos laboratórios do Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA.

Art.33. A falta de recolhimento da taxa sujeita o infrator:

I - a juros de mora na forma fixada no art. 69 da Lei nº 5.983, de 27 de novembro de 1981; e

II - a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor da taxa.

Parágrafo único. O recolhimento da taxa após o prazo previsto na legislação e antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização sujeita o infrator a multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o limite de 20% (vinte por cento).

Art. 33 -A. Sem prejuízo da multa prevista no art. 33, o servidor público que praticar atos sem exigir o comprovante do pagamento da taxa correspondente ou aceitar pagamento menor que o devido fica sujeito a multa de 100% (cem por cento) do valor do tributo.

Art. 33 -B Aplicam-se às taxas, no que não for contrário a esta Lei, as disposições da Lei nº 5.983, de 1981." (NR)

Art.11. A Lei nº 5.983, de 27 de novembro de 1981, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.64. O descumprimento de obrigações acessórias descritas na legislação tributária e para as quais não houver previsão de multa específica será punido com multa de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), por ação fiscal.

Art.70 .....

I - em até 60 (sessenta) prestações, quando exigido por notificação fiscal; e

II - em até 12 (doze) prestações nos demais casos.

§ 8º Mediante oferecimento de garantia real, conforme especificado em regulamento, o prazo de parcelamento previsto no *caput* poderá ser ampliado para até 120 (cento e vinte) prestações, na

hipótese do inciso I, e para até 36 (trinta e seis) prestações, na hipótese do inciso II." (NR)

Art.12. O diferimento do ICMS devido por ocasião do desembaraço de mercadoria importada até 28 de fevereiro de 2011, destinada à indústria produtora de bens e serviços de informática, concedido por intermédio de tratamento tributário diferenciado, não implica vedação ao uso de benefício fiscal incidente na saída de mercadoria produzida pelo estabelecimento de cuja composição faça parte a mercadoria importada.

Art.13. Ficam convalidadas as autorizações de parcelamento de débitos tributários vencidos concedidas até a data de publicação desta Lei, por intermédio de aplicativo eletrônico disponibilizado pela Secretaria de Estado da Fazenda aos contribuintes catarinenses, até o limite previsto no *caput* do art. 70 da Lei nº 5.983, de 1981.

Art.14. Salvo disposição do regulamento em contrário, o ICMS diferido, relativo a operações com mercadoria destinada à construção ou ao ativo permanente de empreendimento situado neste Estado, será devido somente no caso de transferência da propriedade do empreendimento, alienação do bem ou sua transferência para uso em outra unidade da Federação, em montante proporcional ao número de meses restantes para encerramento do quadriênio iniciado no mês em que ocorrer a entrada da mercadoria no estabelecimento.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo:

I - não será considerada encerrada a fase de diferimento se o adquirente continuar explorando, no Estado, a atividade objeto do tratamento diferenciado, hipótese em que, se for o caso, para efeitos da parte final do *caput*, deverá ser levado em consideração o período anterior à aquisição; e

II - o imposto será devido a partir do mês da ocorrência de qualquer dos eventos previstos no *caput*.

Art.15. Até o limite previsto em regulamento, aplica-se o tratamento tributário diferenciado, relacionado à importação de mercadorias cuja fruição esteja condicionada à utilização de portos, aeroportos ou pontos de fronteira alfandegados situados neste Estado, às importações realizadas por intermédio dessas estruturas localizadas em outras unidades da Federação, desde que o desembaraço ocorra neste Estado.

Parágrafo único. Enquanto não definido o limite pelo regulamento, fica autorizada a aplicação de tratamento tributário diferenciado às importações realizadas por intermédio de estruturas localizadas em outras unidades da Federação, até o limite de 2% (dois por cento) do valor aduaneiro total das importações realizadas pelo estabelecimento a cada ano-calendário, consideradas para fins de aplicação do limite somente as importações alcançadas pelo benefício.

Art.16. A Lei nº 13.342, de 10 de março de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º A concessão de incentivos dar-se-á a empreendimentos industriais que atendam, no todo ou em parte, aos seguintes requisitos:

Art. 4º O PRODEC terá sua estrutura administrativa e instância superior no Conselho Deliberativo, que será composto:

I - pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, seu Presidente;

II - pelo Secretário de Estado da Fazenda, seu Vice-Presidente;

III - pelo Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca;

IV - pelo Secretário de Estado da Infraestrutura;

V - pelo Procurador-Geral do Estado;

VI - por um representante da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC;

VII - por um representante da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina - FACISC;

VIII - por um representante da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina - FAMPESC;

VIII - por um representante da Federação Catarinense de Municípios - FECAM; e

IX - por um representante da Federação da Câmara de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina - FCDL/SC.

§ 1º .....

§ 2º Em caso de empate, caberá ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 7º.....

§ 1º.....

III - .....

c) industrial dos setores náutico e naval;

§ 7º Tratando-se de incentivos a empreendimentos industriais dos setores automotivo, metalúrgico, siderúrgico, náutico ou naval, observar-se-á o seguinte:

Art. 7º -A .....

IV - industriais dos setores náutico e naval.

§ 1º.....

Art. 9º.....

§3º Na hipótese dos §§ 4º ou 8º do art. 7º, não ocorrendo o recolhimento das parcelas liberadas no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de seu vencimento, os valores passarão a ser exigidos na forma prevista na legislação tributária, não se aplicando o disposto no § 1º.

§4º Na hipótese do § 3º, incidirão sobre os valores devidos, a partir do vencimento da parcela, multa, juros e atualização previstos na legislação tributária." (NR)

Art.17. O disposto nos §§ 3º e 4º do art. 9º da Lei nº 13.342, de 2005, aplica-se inclusive aos contratos vigentes na data de publicação desta Lei.

Parágrafo único. Relativamente às parcelas em atraso na data de publicação desta Lei, o prazo a que se refere o § 3º citado no *caput* será contado a partir do primeiro dia do mês subsequente à data de publicação desta Lei.

Art.18. A Lei nº 3.938, de 26 de dezembro de 1966, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 134.....

§3º A Certidão de Dívida Ativa - CDA será remetida à Procuradoria-Geral do Estado no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados do momento em que forem consideradas esgotadas as possibilidades de cobrança amigável ou inadimplido o parcelamento concedido.

Art. 136 -B. Aplicam-se à dívida ativa não tributária, a partir de sua inscrição pelo órgão competente da Secretaria de Estado da Fazenda, as regras previstas para a dívida ativa tributária, relativamente a juros e correção monetária.

Art. 158. O prazo de validade da Certidão Negativa de Débitos Estaduais deverá constar do seu texto e será de 60 (sessenta) dias, contados da data da sua emissão.

....." (NR)

Art. 19. O *caput* do art. 3º da Lei nº 14.967, de 7 de dezembro de 2009, mantidos seus incisos, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 3º Fica dispensada a inscrição em dívida ativa de débitos relativos:

....." (NR)

Art. 20. A Lei nº 13.992, de 15 de fevereiro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º O estabelecimento enquadrado deverá informar, no prazo e forma estabelecido em regulamento, ao Grupo Gestor:

I - a execução do cronograma de implantação, expansão, reativação ou dos investimentos em pesquisa e tecnologia, o incremento dos níveis de produção ou de prestação de serviços e de absorção de mão de obra e os investimentos realizados, até a completa implantação do projeto-base do empreendimento; e

II - o percentual que as operações de exportação para o exterior representam em relação ao faturamento obtido.

Art. 7º.....

§1º.....

III - não alcança as obrigações tributárias de caráter acessório, salvo se expressamente previsto na resolução a que se refere o art. 5º.

§ 2º.....

I - inadimplentes perante a Fazenda Estadual;

Art. 10.....

Parágrafo único. O diferimento também se aplica às operações com materiais e bens:

I - que embora não se integrem à obra, sejam necessários à construção; ou

II - destinados à construção do canteiro de obras." (NR)

Art. 21. A Lei nº 14.267, de 21 de dezembro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º Considera-se microprodutor rural, para os efeitos desta Lei, a pessoa física ou grupo familiar, devidamente inscrito no Cadastro de Produtor Primário, que comercialize a sua produção produtos em estado natural ou submetidos a processo de beneficiamento ou transformação, desde que:

II - não possua, a qualquer título, ou seja, proprietário, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, conforme definido na Lei federal nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993;

V - os processos de beneficiamento ou transformação dos produtos sejam realizados no local do exercício das atividades do microprodutor rural.

§1º.....

§2º A propriedade ou a posse de mais de um imóvel rural não descaracteriza a condição de microprodutor, desde que a soma da área de todos os imóveis rurais do produtor não exceda os limites fixados no inciso II.

§3º Para realização do processo de beneficiamento ou transformação é permitida a utilização de matéria-prima de terceiros e de material de embalagem para fins de acondicionamento."

Art.22. Os percentuais referidos nos incisos I a III do *caput* do art. 20 da Lei nº 14.967, de 2009, ficam, até 31 de dezembro de 2014, acrescidos, respectivamente, de 14 (quatorze), 20,59 (vinte vírgula cinquenta e nove) e 29,17 (vinte e nove vírgula dezessete) pontos percentuais, sem prejuízo do disposto no § 3º do referido artigo.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o benefício será utilizado em substituição aos créditos efetivos do imposto.

Art.23. Os tratamentos tributários diferenciados concedidos a empreendimentos situados em território catarinense ficam sujeitos à revisão pela Secretaria de Estado da Fazenda, com vistas à adequação destes à legislação vigente na data de publicação desta Lei.

§1º Enquanto não revistos os enquadramentos, ficam mantidos, nos termos da legislação vigente na data de suas concessões, os tratamentos tributários diferenciados concedidos.

§2º As disposições deste artigo:

I - aplicam-se somente aos tratamentos vigentes entre 1º de janeiro de 2011 e a data de publicação desta Lei;

II - não elidem a alteração ou revogação, no todo ou em parte, do tratamento tributário concedido; e

III - não se aplicam aos tratamentos:

a) relacionados em ato do Chefe do Poder Executivo; e

b) expressamente revogados pela autoridade concedente.

§3º Fica autorizado, para efeitos deste artigo, o enquadramento, de forma automática, em outro tratamento diferenciado similar previsto na legislação, desde que:

I - o beneficiado não esteja em débito com a Fazenda Pública Estadual; e

II - o novo tratamento tributário se refira à mesma operação ou prestação.

§4º Na hipótese do § 3º, a empresa fica dispensada das exigências para o enquadramento no novo tratamento diferenciado.

Art.24. O disposto no art. 1º desta Lei aplica-se também aos débitos decorrentes do ICMS devido por ocasião da entrada no Estado, observado o seguinte:

I - tratando-se de débito não lançado de ofício, àqueles com prazo de pagamento vencido até o dia 30 de abril de 2011.

II - tratando-se de débito lançado de ofício, àqueles constituídos até o dia 30 de abril de 2011;

III - tratando-se de débito inscrito em dívida ativa, àqueles inscritos até a data de publicação desta Lei; ou

IV - tratando-se de débito parcelado, lançado ou não de ofício, aos respectivos saldos, desde que a primeira parcela tenha sido recolhida até a data de publicação desta Lei.

Art.25. Os débitos do ICM e ICMS devido por produtores ou beneficiadores de maça poderão ser parcelados em até 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e sucessivas.

§1º O disposto no *caput* aplica-se:

I - aos débitos:

a) não lançados de ofício, vencidos até 31 de dezembro de 2010;

b) lançados de ofício até 31 de dezembro de 2010; e

c) inscritos em dívida ativa até 31 de dezembro de 2010; e

II - somente aos débitos parcelados até o último dia útil do primeiro mês subsequente ao da publicação desta Lei.

§2º Para efeitos deste artigo considerar-se-á:

I - automaticamente exercida a opção na data do pagamento integral da primeira parcela; e

II - a situação do débito na data do pagamento integral da primeira parcela.

§3º Os débitos de que trata este artigo terão os valores relativos a multa e juros reduzidos em 80% (oitenta por cento), por ocasião do pagamento de cada parcela.

§4º O valor da parcela não poderá ser inferior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

§5º O parcelamento será cancelado no caso de atraso no pagamento de 3 (três) parcelas, sucessivas ou não, ou do transcurso de 90 (noventa) dias contados do vencimento da última parcela, mantendo-se o benefício em relação aos valores pagos.

§6º Aplica-se ao parcelamento previsto neste artigo o que estabelece o § 1º do art. 69 da Lei nº 5.983, de 27 de novembro de 1981.

§7º O disposto neste artigo não é cumulativo com os benefícios previstos nos arts. 1º e 2º desta Lei.

Art.26. Fica dispensada a constituição de ofício de crédito tributário decorrente da aplicação da legislação do IPVA de valor igual ou inferior a R\$ 100,00 (cem reais).

Art.27. O disposto nesta Lei não autoriza a restituição ou a compensação de importância já recolhida.

Art.28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.29. Ficam revogados:

I - o § 2º do art. 134 e os §§ 1º e 2º do art. 158 da Lei nº 3.938, de 26 de dezembro de 1966;

II - os arts. 4º, 5º, 79 e 82 da Lei nº 5.983, de 27 de novembro de 1981;

III - o art. 32 da Lei nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988.

IV - o art. 5º da Lei nº 13.545, de 9 de novembro de 2005;

V - os §§ 1º e 2º do art. 3º e o inciso IV do § 1º do art. 7º-A da Lei nº 13.342, de 10 de março de 2005;

VI - o § 1º do art. 5º da Lei nº 13.992, de 15 de fevereiro de 2007; e

VII - o art. 20 da Lei nº 15.242, de 27 de julho de 2010.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIOS

**OFÍCIO Nº 301/11**

**AÇÃO SOCIAL NEOTRENTINA**

**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES - 2010**

A AÇÃO SOCIAL NEOTRENTINA foi fundada em 31/05/1985 e suas finalidades são:

Promover e defender os direitos constitucionais, especialmente no que se refere às Políticas Sociais Públicas

Desenvolver ações e projetos que levem à promoção humana, justiça e à igualdade social

Planejar e promover ações conjuntas com associações, movimentos, grupos que visem assistência social, promoção e defesa dos direitos humanos

Atuar na defesa do meio ambiente, da educação e na prevenção da saúde

Atuar em parceria com o poder público e a iniciativa privada para consecução de seus objetivos

Desenvolver ações e projetos sociais que visem a geração de trabalho e renda, e a defesa da cidadania

Formar e capacitar lideranças para a Ação Social e o exercício da cidadania

Desenvolver ações culturais, artísticas e de lazer

Atender e assessorar os beneficiários da Lei Orgânica de Assistência Social e a defesa e garantia de seus direitos

Para atender os seus objetivos a Ação Social Neotrentina atendeu no ano de 2010, aproximadamente 1.200 pessoas

Foram realizadas as seguintes atividades:

Atendimento inicial - 1.200 pessoas

Atendimento de rotina - 200 pessoas

Acompanhamento das Famílias - 250 pessoas

Encaminhamento à Recursos comunitários (Passagens à moradores de rua que passam por Nova Trento - 50 pessoas

Conservação de casa (D. Agostinha, comodato ASN) - 01 pessoa

Conservação de uma casa família carente - 04 pessoas

Encaminhamento a Atendimento Médico (exames, consultas, remédios) - 40 pessoas

#### Reuniões

Reuniões da Equipe da Ação Social Neotrentina - 32

Reuniões com voluntários (mensal) - 08

Reuniões da Diretoria - 04

Reuniões com a ASA - Ação Social Arquidiocesana - 25

#### Visitas

Domiciliares -15

**Apoio aos Migrantes:** orientações e subsidio para o retorno das famílias para sua cidade natal. A maioria em busca de trabalho vem para o Município e com a ausência de trabalho e dificuldades querem retornar para sua cidade. Foram atendidas 12 famílias, aproximadamente 47 pessoas.

**Atendimento Emergencial:** atendimento as pessoas em situação de vulnerabilidade social na comunidade de Nova Trento no que se refere as necessidades básicas e de emergência (alimentação; roupas; calçados; móveis e utensílios)

#### Por necessidade foram atendidas:

1. Alimentação: 50 cestas básicas - 50 famílias - 200 pessoas

2. Roupas e Calçados: 1.200 pessoas

3. Móveis e Utensílios: 153 pessoas

Para fortalecer o trabalho da Ação Social Neotrentina houve a participação de seus representantes em atividades de formação, participação no controle social, cursos, palestras, passeios, festividades com a comunidade de Nova Trento, conforme segue:

#### Eventos de Formação

- Políticas Públicas e o Controle Social - promovido pela ASA - 40 horas - 2 membros da Ação Social Neotrentina

- Ação Social Neotrentina é Vice Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

- É cadastrada no Conselho Nacional de Assistência Social

- É de Utilidade Pública Estadual de acordo com a Lei 14.521 em 21/10/2008

- É de Utilidade Pública Municipal de acordo com a Lei 2.185-03-03/05/2007

#### Em 2010 desenvolveu os seguintes Projetos

1. PROJETO PARA AUXÍLIO DE SUPERAÇÃO DE CARÊNCIAS, parceria com a Prefeitura Municipal de Nova Trento, através da Secretaria Municipal do Bem Estar Social e Habitação

2. PROJETO MULHERES EM AÇÃO PELA SUPERAÇÃO, parceria com a ASA Ação Social Arquidiocesana - acessado através do FAS - Fundo Arquidiocesano de Solidariedade

3. PROJETO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO - Comunidade Beneficiada Mato Queimado em parceria com a ASA - Ação Social Arquidiocesana

4. PROJETO INCLUSÃO NO CONHECIMENTO DIGITAL - com computadores doados pelo TCE - com professores voluntários - Espaço na Sala da Ação Social Neotrentina envolvendo uma turma de 10 alunos.

5. PROJETO SABÃO CASEIRO COM ÓLEO DE COZINHA RECICLADO - Com recursos da ASN fabrica-se o sabão na sala da ASN de maneira voluntária com óleo trazido pelas mulheres.

Presidente: Eunice Cadorin Bittencourt

Rua: João Bayer Sobrinho, 145 - Centro - Tel: (48) 3267-0458

Lido no Expediente

Sessão de 28/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*

#### OFICIO Nº 302/11

#### Associação de Recreativa, Esportiva e Assistencial Porto - AREAP Trombudo Central

Encaminha a documentação para a manutenção de título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Recreativa, Esportiva e Assistencial Porto - AREAP, de Trombudo Central, referente ao exercício de 2010.

Casiano Magagnin

Lido no Expediente

Sessão de 28/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*

#### OFICIO Nº 303/11

#### ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE DE INDAIAL

ILMA SR(A):

DUDA

CHEFE DE SECRETARIA DA COMISSÃO DE DIREITOS DA ALESC

Conforme correspondência (e-mail) recebido estamos entregando a Prestação de Contas da UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL, sendo estes em anexo:

I - relatório anual de atividades de exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Sem mais para o momento, aceite o nosso afetuoso abraço.

Atenciosamente,

SERGIO LUIZ HECKMANN

PRESIDENTE

Lido no Expediente

Sessão de 28/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*

#### OFICIO Nº 304/11

#### ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Jaguaruna

Relatório

Circunstanciado

de Atividades

2010

Lido no Expediente

Sessão de 28/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*

#### OFICIO Nº 305/11

#### SATC - EDUCAÇÃO & TECNOLOGIA

EXMO. SR.

GELSON MERISIO

DD. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SC.

FLORIANÓPOLIS - SC

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA (SATC)**, com sede à Rua Pascoal Meller nº 73, Bairro Universitário, na cidade de Criciúma, no Estado de Santa Catarina, CEP nº 88805-380, inscrita no CGC sob nº 83.649.830/0001-71, vem, respeitosamente, apresentar a Vossa Excelência os documentos abaixo relacionados, face a sua condição de entidade declarada de UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL, através de Lei nº 2.357, de 11/06/1960 e alterada pela Lei nº 15.355, de 10/12/2010, para fins cumprimento aos ditames do Art. 4º da LEI Nº 15.125 de janeiro de 2010.

Na expectativa de que estes documentos produzam seus efeitos, reiteramos nossos protestos de consideração e apreço.

Criciúma, 20 de junho de 2011.

Ruy Hulse

Diretor Executivo

Anexos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior

II - atestado de funcionamento atualizado, firmado pelo Poder Legislativo Municipal;

III - certidão atualizada do registro de entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Lido no Expediente

Sessão de 28/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFICIO Nº 306/11****Projeto Espaço Alternativo de Fraiburgo**

AO EXMO. SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DEPUTADO ESTADUAL GELSON MERISIO

O Projeto Espaço Alternativo de Fraiburgo, vem através desta, enviar a documentação necessária para a manutenção do título de Utilidade Pública Estadual de acordo com a LEI Nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010 que estabelece que:

"A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil."

Atenciosamente

Claudio Reichardt - Presidente

Fraiburgo, 16 de junho de 2011

Lido no Expediente

Sessão de 28/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFICIO Nº 307/11****Hospital de Laguna Senhor Bom Jesus dos Passos**

Ofício nº 115/2011 Laguna, 22 de junho de 2011.

Exmo. Sr.

**Deputado Gelson Merisio**

M.D Presidente da Assembleia Legislativa de Estado de Santa Catarina  
Florianópolis - SC

Excelentíssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos por meio deste, apresentar o **Relatório de Atividades deste Hospital no exercício de 2010**, bem como o **Demonstrativo de Receitas e Despesas do ano de 2010**, devidamente publicado, visando a **Manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual**, em conformidade com as Leis e Decretos pertinentes.

Aproveitamos a oportunidade para solicitar à V. Excia., uma **Certidão de Regularidade da Titularidade de Utilidade Pública Estadual** deste Hospital, perante este órgão.

Atenciosamente,

Regina Ramos dos Santos

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 28/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFICIO Nº 308/11****ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOINVILLE**

Ofício nº 243.11/APAE Joinville, 16 de junho de 2011

Ao

Presidente da Assembleia Legislativa

Dep Gelson Merisio

Palácio Barriga Verde

Prezado Senhor,

Estamos, encaminhando o Relatório das Atividades 2010, Plano de Ação 2011, Balanço Patrimonial/Financeiro, Atestado de Funcionamento para fins de prestação de contas da Utilidade Pública Estadual.

Atenciosamente,

Heloisa Walter de Oliveira

Presidente - APAE de Joinville

Lido no Expediente

Sessão de 28/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFICIO Nº 309/11****CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Florianópolis, 21 de junho de 2011.

Superex 080/2011.

Exmo. Sr.

**Gelson Merisio**

**Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**

**N E S T A**

Digníssimo Deputado:

O Centro de Integração Empresa-Escola de Santa Catarina - CIEE/SC, entidade de assistência social, sem finalidade lucrativa ou econômica, de utilidade pública municipal

Estadual e Federal tem pautado suas ações nas necessidades de formação para o trabalho de nosso estado.

Aproximando o jovem estudante da prática nas organizações através de estágios, programa de aprendizagem e treinamentos, proporciona benefícios a milhares de famílias, principalmente aquelas mais empobrecidas. Existe no Brasil há mais de 44 anos, promovendo ações de inserção social do jovem ao competitivo mercado de trabalho.

A sobrevivência do CIEE se dá pela contribuição das empresas e órgãos da administração pública pela administração de seus programas de estágios (lei 17.788/2011) e programas de aprendizagem, são utilizados na própria instituição e na promoção da profissionalização gratuita de jovens carentes.

Seu conselho de administração, presidido pelo empresário Mércio Felsky, é constituído por voluntários, dentre empresários, educadores e homens públicos, que doam parte de seu trabalho, sua capacidade e criatividade, em benefícios dos fins a que se destina a entidade.

Pelo acima exposto e em cumprimento da Lei 14.182/2007 apresentamos:

1. Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública (exigência do inciso III do art. 3º da Lei 14.182/2007);

2. Declaração de Funcionamento Regular;

3. Balancete Contábil (exigência do inciso IV do art. 3º da Lei 14.182/2007), acompanhado do relatório da Administração, do parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal da entidade.

4. Cópia da procuração do CIEE/SC ao Sr. Aníbal Dib Mussi, para representar a Instituição;

5. Cópia do Estatuto Social da Entidade atualizado;

6. Cópia da Ata de Eleição da atual Diretoria;

7. Cópia da Certidão de Título de Utilidade Municipal, Estadual e Municipal;

8. Cópia certidão de Entidade Beneficente da Assistência - CNAS;

9. Relatório detalhado dos serviços sociais prestado à sociedade Catarinense;

10. Relatório de Atividades Publicado

11. Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Certos da consideração do Poder Legislativo Catarinense para com nossa Instituição, agradecemos, com distinguido apreço.

Cordialmente,

**Aníbal Dib Mussi**

Superintendente Executivo CIEE/SC

Lido no Expediente

Sessão de 28/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFICIO Nº 310/11****ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRAIBURGO ESCOLA ESPECIAL "MARIA FREY"**

APAE-077/11

Fraiburgo(SC), 20 de junho de 2011

Exmo. Sr.

**DEPUTADO GELSON LUIZ MERISIO**

DD Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310 - Palácio Barriga Verde

88020-900 - FLORIANÓPOLIS - SC

Prezado Senhor,

Em cumprimento ao Art. 3º de Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, em anexo estamos enviando os documentos abaixo relacionados para a manutenção do reconhecimento de utilidade pública estadual de nossa entidade:

- Relatório de Atividades relativo ao Exercício de 2010

- Atestado de funcionamento, expedido pelo Prefeito Municipal de Fraiburgo,

- Certidão atualizada do Cartório de Registro de Pessoa Jurídicas e

- Balancete contábil de 2010.

Sem mais, agradecemos

atenciosamente,

**CESIRA SILVA**

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 28/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFICIO Nº 311/11****ACADAV - Associação Camponense de Apoio aos Deficientes Auditivos e Visuais**

Ofício nº 042/2011

Campos Novos, 16 de junho de 2011.

Exmo. Sr.

**Raimundo Colombo**

**Governador do Estado de SC**

**Florianópolis - SC**

**Excelentíssimo Senhor,**

Vimos através da Associação Camponovense de Apoio aos Deficientes Auditivos e Visuais - ACADAV encaminhar o Relatório Anual de atividades do ano de 2010 e 2011 para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei 14.182, de 2007, que dispõe sobre o reconhecimento de Utilidade Pública.

Agradecemos pela vossa compreensão, colocamo-nos a disposição.

**"CADA BOA AÇÃO QUE VOCÊ PRÁTICA, É UMA LUZ QUE VOCÊ ACENDE, EM TORNO DOS PRÓPRIOS PASSOS"**

Atenciosamente,

Claudemir Durlí  
Presidente da ACADAV

Lido no Expediente  
Sessão de 28/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 312/11**  
ASSOCIAÇÃO MARIA ROSA

Ofício nº 037/2011 Caçador, 20 de junho de 2011.

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

**Exmo. Sr. Gelson Merisio**

Presidente da Assembleia Legislativa

A Associação Maria Rosa - AMAR entidade beneficente de assistência social, vem através desta encaminhar a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o relatório anual de atividades, declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública estadual e balancete contábil, para que possamos permanecer com a concessão de Utilidade Pública Estadual de nossa entidade, conforme prevê a Lei nº 14.770, de 13 de julho de 2009.

Colocamo-nos a sua inteira disposição para maiores esclarecimentos.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Terezinha Dobler Huçulak  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 28/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIAS

### PORTARIA Nº 2162, de 26 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

#### RESOLVE:

**RETIFICAR** o vínculo de pertinência relativo à lotação da servidora **CLAUDIANE BLEYER REMOR BORGHEZAN**, matrícula nº 1293, do gabinete da Deputada Ada Faraco De Luca para o gabinete do Deputado Ciro Marcial Roza, a contar de 24 de maio de 2011.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

**Republicada por Incorreção**

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2305, de 28 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 020/2011.

Matr	Nome do Servidor	Função
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Viana	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
0947	Valter Euclides Damasco	
2543	Juçara Helena Rebelatto	
1998	Bernadete Albani Leiria	
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2306, de 28 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 021/2011.

Matr	Nome do Servidor	Função
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Viana	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
0947	Valter Euclides Damasco	
2543	Juçara Helena Rebelatto	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2307, de 28 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **SALETE KUCARZ**, matrícula nº 6112, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-02, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de julho de 2011 (Gab Dep Antônio Aguiar).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2308, de 28 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DESIGNAR** o servidor **MARCIO WELTER**, matrícula nº 6333, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerente de Projetos e Desenvolvimento, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, JOÃO DE AQUINO CONCEIÇÃO NETO, que se encontra em fruição de licença-prêmio por trinta dias, a contar de 01 de julho de 2011 (DTI - Coordenadoria de Projetos e Desenvolvimento).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2309, de 28 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DESIGNAR** a servidora **DAURA NAVEGANTES MENESES DE AGUIAR**, matrícula nº 1455, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função Assessoria Técnica Administrativa de Pesquisa e Recebimento de Documentos, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, MARIA MARCIA DE MELO BARRETO, que se encontra em fruição de licença-prêmio, por 60 (sessenta) dias, a contar de 02 de junho à 31 de julho de 2011 (DL - Diretoria Legislativa).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2310, de 28 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **ZENIR MARIA FIGUEIREDO**, matrícula nº 6080, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de julho de 2011 (Gab Dep Ciro Marcial Roza).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2311, de 28 de junho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ZENIR MARIA FIGUEIREDO**, matrícula nº 6080, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de julho de 2011 (Gab Dep Ciro Marcial Roza).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2312, de 28 de junho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **MIRELLE GRABOSKI DOS PASSOS**, matrícula nº 6066, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de julho de 2011 (Gab Dep Ciro Marcial Roza).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2313, de 28 de junho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR MIRELLE GRABOSKI DOS PASSOS**, matrícula nº 6066, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de julho de 2011 (Gab Dep Ciro Marcial Roza).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2314, de 28 de junho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **ARLETE DA SILVA**, matrícula nº 4186, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de julho de 2011 (Gab Dep Ana Paula Lima).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2315, de 28 de junho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **ROGER LUIZ SIEWERDT**, matrícula nº 2756, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-73, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de julho de 2011 (Gab Dep Gilmar Knaesel).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2316, de 28 de junho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ROGER LUIZ SIEWERDT**, matrícula nº 2756, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de julho de 2011 (Gab Dep Gilmar Knaesel).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2317, de 28 de junho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0873/2011,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

**CONCEDER** a servidora **SINARA LUCIA VALAR DAL GRANDE**, matrícula nº 2169, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 01 de junho de 2006 a 31 de maio de 2011.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2318, de 28 de junho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

NOME SERVIDOR	MATR.	PERCENTUAL		VIGÊNCIA	PROCESSO Nº
		Concedido	Total		
Solange Maria dos Santos	9181	6%	6%	01/06/11	0827/2011
Vitor Jose Ferreira dos Santos	6815	3%	3%	06/06/11	0845/2011
Jaqueline Silveira dos S. Souza	4928	3%	6%	05/06/11	0877/2011

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI**

**PROJETO DE LEI Nº 246/11**

Declara de utilidade pública a ONG Pro Dignidade Humana, Solidariedade e Defesa do Meio Ambiente - DIGNHUS -no município de Palhoça.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a ONG Pro Dignidade Humana, Solidariedade e Defesa do Meio Ambiente, com sede no município de Palhoça.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho de cada ano, para o devido controle e identificação do disposto no art. 1º da Lei 15.125 de 2010, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;  
 III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e  
 IV - balancete contábil.  
 Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
 Sala das Sessões, em 16 de junho de 2011.  
 Edison Andriano  
 Deputado Estadual

Lido no Expediente  
 Sessão de 28/06/11

#### JUSTIFICATIVA

A ONG Pro Dignidade Humana, Solidariedade e Defesa do Meio Ambiente - DIGNHUS - é uma entidade civil de caráter apolítico, sem fins lucrativos que tem como missão transformar vidas e fortalecer comunidades de baixa renda através da execução de programas de qualificação profissional do trabalhador e na inclusão da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho, por meio da educação, do resgate de conhecimentos tradicionais, do artesanato, do saber científico, da democratização e acesso à tecnologia de informação, resguardando inclusive os direitos da mulher e da criança, o que pode ser observado através do relatório circunstanciado que acompanha o presente Projeto de Lei.

Como atividades desenvolvidas também incentiva a execução de serviços de radiodifusão sonora, com finalidade educativa, artística, cultural e informativa, promoção do voluntariado, de criação de estágios e colocação de treinados no mercado de trabalho, promoção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, dos direitos da mulher e da criança, assessoria jurídica gratuita e combate a todo tipo de discriminação sexual, racial e social, coibindo inclusive o trabalho forçado e infantil.

Nesse sentido, importante continuar com os incentivos focados para que as comunidades de baixa renda possam ter qualificação e ocupar melhores condições no mercado de trabalho.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição, por entendê-la relevante para a promoção de atividades sócio-responsáveis e assistência social à população carente.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 247/11

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores dos Bairros Braço de São João, Combatá e Vila Santana - AMBRACOVISA - no município de Santo Amaro da Imperatriz.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores dos Bairros Braço de São João, Combatá e Vila Santana - AMBRACOVISA - no município de Santo Amaro da Imperatriz.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho de cada ano, para o devido controle e identificação do disposto no art. 1º da Lei 15.125 de 2010, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e  
 IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
 Sala das Sessões, em 16 de junho de 2011.

Edison Andriano  
 Deputado Estadual

Lido no Expediente  
 Sessão de 28/06/11

#### JUSTIFICATIVA

A Associação de Moradores dos Bairros Braço de São João, Combatá e Vila Santana - AMBRACOVISA - é uma entidade civil de caráter apolítico, sem fins lucrativos que tem como missão transformar vidas e fortalecer as comunidades citadas visando promover atividades sociais, culturais e desportivas, zelando pela melhoria das condições de vida e do embelezamento dos bairros, tem a possibilidade também de firmar convênios com associações congêneres, autarquias, entidades religiosas, federais, estaduais e municipais entre outras, inclusive promovendo e assistindo pessoas carentes, o que pode ser observado através do relatório circunstanciado que acompanha o presente Projeto de Lei.

Nesse sentido, importante continuar com os incentivos focados para que as comunidades citadas acima possam ter melhores condições de vida em seu sentido mais amplo, que envolve questões relacionadas desde o embelezamento dos bairros até a melhoria de vida de seus moradores.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição, por entendê-la relevante para a promoção de atividades sócio-responsáveis e assistência social à população carente.

\*\*\* X X X \*\*\*

### REDAÇÕES FINAIS

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 153/2011

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Palmeira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Palmeira, o imóvel com área de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), com benfeitoria, matriculado sob o nº 1.3.380 no 3º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Lages.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como objetivo regularizar a ocupação do imóvel pela Polícia Militar onde já se encontra instalado o Quartel da instituição, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 446, de 24 de novembro de 2010.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 4º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Lages.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 159/2011

Autoriza a doação de imóvel no Município de Biguaçu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por intermédio do Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA, autorizado a desafetar e doar ao Município de Biguaçu uma área de terra contendo 3.688,00 m² (três mil, seiscentos e oitenta e oito metros quadrados), sem benfeitorias, matriculada sob o nº 1.005 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu e cadastrada sob o nº 91 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a construção e instalação da Casa do Agricultor por parte do Município de Biguaçu.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

- I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;
- II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo Presidente do Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA ou por quem for legalmente constituído.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*